

HSBC Brasil



Relatório Anual e
Demonstração Financeira
Consolidada de 2017 em *IFRS*

PUBLIC

Relatório Anual e Demonstração Financeira Consolidada de 2017 em IFRS

Conteúdo

3	Destaques
4	Relatório da Administração
4	Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral
4	Recursos humanos
4	Padrões Globais
6	Governança
6	Governança corporativa
6	Comitês
7	Controles internos e <i>compliance</i>
7	Acordo de Diferimento de Ação Penal (DPA)
10	Riscos
10	Gestão de riscos
11	Ferramentas de gestão de riscos
13	Risco de crédito
19	Risco de liquidez e de captação
22	Risco de mercado
25	Risco operacional
28	Capital
28	Gerenciamento, mensuração e alocação de capital
29	Capital regulatório
32	Demonstração financeira consolidada
41	Notas explicativas à demonstração financeira consolidada
74	Glossário

Destaques

(em milhões de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Do exercício		
Lucro antes dos impostos	131	146
Lucro líquido do exercício	91	92
Ao final do exercício		
Patrimônio líquido	1.054	1.068
Capital Social	947	947
Empréstimos e adiantamentos a clientes	50	-
Total de ativos	1.263	1.220
Índices		
Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) ¹	8,5%	9,7%
Índice de capital ²	79,4%	159,2%
Índice de eficiência operacional (IEO) ³	45,6%	40,6%
Patrimônio de referência ²	1.040	1.053
Nível I ²	1.040	1.053

¹ O ROE foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo patrimônio médio atribuível aos acionistas.

² O índice de capital, patrimônio de referência e capital nível I foram calculados com base nos requerimentos do Bacen pela Basileia III, para o CADOC 4010 do HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento.

³ O índice de eficiência operacional é definido como o total de despesas operacionais dividido pela receita líquida operacional antes da despesa com redução ao valor recuperável de empréstimos e outras provisões para risco de crédito.

Relatório da Administração

Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral

Apresentamos o Relatório Anual do *HSBC Brasil*¹ juntamente com a demonstração financeira consolidada, preparada de acordo com o *IFRS*, relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Este relatório está disponível em:

www.hsbc.com.br

Recursos humanos

A área de recursos humanos do *HSBC* tem o objetivo de apoiar o crescimento sustentável dos negócios por meio de pessoas, atuando de forma a garantir entregas estrategicamente relevantes, comercialmente alinhadas e eficientes.

Ao final do exercício de 2017, haviam 59 colaboradores trabalhando no *HSBC Brasil*.

Para criarmos uma cultura de alto desempenho, é preciso articular a estratégia empresarial com as competências individuais – isso é feito por meio do alinhamento e consistência dos programas de atração, engajamento, desenvolvimento, gestão de desempenho e recompensa dos nossos colaboradores.

Os programas de treinamento são focados nas necessidades dos negócios e dos colaboradores, com ações que auxiliam efetivamente ao alcance dos objetivos de negócio. Os programas oferecidos combinam soluções presenciais, sessões virtuais (*webex*) e à distância (sobretudo *e-learning*s) e atendem necessidades de integração (ao *HSBC Brasil* e às funções globais), desenvolvimento de lideranças e formação comercial e técnica (crédito, vendas, investimentos etc.).

A estratégia global de desenvolvimento de carreira e identificação de talentos e sucessores cria um fluxo forte e contínuo de pessoas qualificadas para preencher nossas posições mais críticas à entrega de nossa estratégia de negócios e ao nosso sucesso comercial. Dessa forma, constrói-se uma vantagem competitiva para o *HSBC Brasil*, aumentando a atração, retenção e o engajamento dos colaboradores.

Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o *HSBC* opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões se dá através da aplicação universal dos Valores do *HSBC*, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos Valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudam a criar valor para os nossos *stakeholders*.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação à conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados ou mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o *HSBC*.

Continuamos a reforçar tanto o status como a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos

¹ Os termos e abreviaturas em itálico estão definidos no glossário.

Relatório da Administração

fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões globais nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente - e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no *HSBC*;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem; e
- Garantir que nós sempre aplicamos os valores do *HSBC*.

¹ Os termos e abreviaturas em *itálico* estão definidos no glossário.

Governança corporativa

Como uma organização global, o *HSBC* adere a políticas internas, padrões, códigos e procedimentos para assegurar o equilíbrio entre obtenção de resultados, prestação de contas e expectativas da sociedade.

No Brasil, o *HSBC* sempre prima pela transparência, alinhamento estratégico, responsabilidade, controle interno e prestação de contas, com o objetivo de zelar pelos interesses tanto dos investidores quanto da sociedade.

Internamente, há um processo independente, o qual garante que assuntos de relevância sejam conduzidos no melhor interesse da empresa.

Comitês

Atualmente existe um grupo de comitês principais que garantem o processo de governança do *HSBC Brasil*, todos ligados ao Comitê Executivo:

- *Executive Committee* (EXCO): periodicidade mensal; representado pelo quadro de diretores responsáveis pelas decisões de planejamento e de estratégias que têm impacto na missão, visão e resultados gerais do *HSBC Brasil*.
- *Assets and Liabilities Committee* (ALCO): periodicidade mensal; engloba Finanças, Tesouraria e executivos de negócios para discutir mensalmente o balanço, liquidez e posicionamento quanto aos riscos de mercado.
- *Risk Management Meeting* (RMM): periodicidade mensal; assegura a implementação e a manutenção de controles e gestão de riscos conforme exigências locais e mundiais do *HSBC*. Esse comitê abrange os riscos de crédito, de mercado e operacionais (*compliance*, fiduciário, jurídico, etc), do *HSBC Brasil*, além de outros tipos de riscos que podem afetar a atividade financeira (risco reputacional, risco estratégico e risco sustentável).

Comitê de auditoria

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, o Comitê de Auditoria do *HSBC Brasil* foi formalmente constituído através da Ata da Assembléia Geral Extraordinária, de 26 de dezembro de 2017, do *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento*, instituição financeira do *HSBC Brasil*.

O Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: a recomendação para contratação do auditor independente, avaliação das demonstrações financeiras do Banco e de suas controladas, avaliação da efetividade das auditorias interna e independente, correção e aprimoramento de políticas e práticas e certificação da efetividade dos controles internos.

Controles Internos e Compliance

O *HSBC Brasil* conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de *compliance*, para assegurar que seus administradores e gestores atentem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a resolução nº 2.554, de 24 de setembro de 1998, do *CMN*, e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral.

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de Março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de Julho de 2012), bem como às normas complementares estabelecidas pelo *BACEN* e *COAF*. Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Chefe de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo *HSBC* no Brasil.

Acordo de Diferimento de Ação Penal (DPA)

Em outubro de 2010, o *HSBC Bank USA* (“*HBUS*”) acatou uma ordem de cessação imposta pelo *OCC* e o controlador indireto da companhia, a *HSBC North America Holdings* (“*HNAH*”), acatou uma ordem de cessação imposta pelo Conselho do Banco Central Americano (*Federal Reserve Board*). Em 2012, o *HBUS* adicionalmente acatou uma ordem sobre um programa de *compliance* abrangente (‘Ordem’ no singular e ‘Ordens’ no conjunto). Essas Ordens exigiram melhorias com o estabelecimento de um programa efetivo de gestão de risco de *compliance* nos negócios americanos do *HSBC*, incluindo vários assuntos relacionados à *compliance* com a Lei de Sigilo Bancário (*Bank Secrecy Act*) (‘*BSA*’), e o combate à lavagem de dinheiro (‘*AML*’). Enquanto essas Ordens continuam em aberto, o *HBUS* e *HNAH* acreditam terem tomado medidas apropriadas

para estarem *compliance* com as exigências das Ordens.

Em dezembro de 2012, a *HSBC Holdings*, a *HNAH* e o *HBUS* celebraram acordos de ajuste de conduta com agências regulatórias e governamentais dos Estados Unidos e Reino Unido com relação ao uso de políticas inadequadas de *compliance* quanto a normas previstas na Lei de Sigilo Bancário (*Bank Secrecy Act*) (‘*BSA*’), normas de combate à lavagem de dinheiro e crimes financeiros – ou sanções (*Sanctions Law*). Dentre os acordos celebrados, o *HSBC Holdings* e o *HBUS* celebraram um acordo de cinco anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com, entre outros, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (o ‘*AML DPA*’); e o *HSBC Holdings* acatou uma ordem de cessação, e o *HSBC Holdings* e *HNAH* acataram a aplicação de uma multa pecuniária civil pelo Conselho do Banco Central (*Federal Reserve Board*) (‘*FRB*’). O *HSBC Holdings* também celebrou um acordo com o Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros (‘*OFAC*’) com relação a transações históricas envolvendo partes sujeitas a sanções da *OFAC* e um termo de responsabilidade com a Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido (*UK Financial Services Authority* – “*FCA*”) para cumprir com certas obrigações futuras relacionadas à lavagem de dinheiro e sanções. Adicionalmente, o *HSBC Bank USA* acatou a aplicação de uma multa pecuniária pelo *FinCen* (*Financial Crimes Enforcement Network*) e uma multa pecuniária civil com o *OCC*.

Por força destes acordos, o *HSBC Holdings* e o *HBUS* realizaram pagamentos totalizando US\$ 1,9 bilhões às autoridades norte-americanas, e assumiram várias obrigações adicionais, incluindo, dentre outras, a manutenção de um monitor de *compliance* independente (que é, para fins do *FCA*, uma ‘pessoa qualificada’ de acordo com a a seção 166 do *Financial Services and Markets Act*) para elaborar avaliações anuais do programa de *compliance* de combate à lavagem de dinheiro e sanções do Grupo (o ‘Monitor’). Por força da ordem de cessação e desistência imposta pelo *FRB* em 2012, o Monitor também atua como consultor independente para conduzir avaliações anuais. Em Fevereiro de 2018, o Monitor entregou o seu quarto relatório de revisão.

Por meio de suas revisões em cada país, o Monitor identificou potenciais problemas de *compliance* que o *HSBC* está revisando em maiores detalhes com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, *FRB* e/ou *FCA*. Em particular, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos está investigando a condução do *HSBC* em relação a contas de um cliente corporativo. Adicionalmente, o *FinCen* e a Divisão Civil do Juízo Distrital Federal dos Estados Unidos do Distrito Leste de Nova Iorque estão investigando a coleta e transmissão de informações originadas por terceiros em certos pagamentos instruídos através de sistemas de pagamentos próprios do *HSBC*. Desde 2012 o *FCA* também está conduzindo uma investigação sobre a conformidade do *HSBC Bank plc* com os regulamentos de combate à lavagem de dinheiro e aos requerimentos de controles e sistemas relacionados ao crime financeiro do Reino Unido. O *HSBC* está cooperando com todas essas investigações.

Em Dezembro de 2017, o *AML DPA* expirou e as ações penais postergadas pelo *AML DPA* foram encerradas. O Monitor continuará a trabalhar em sua capacidade como uma pessoa qualificada e consultor independente por um período de tempo por opção do *FCA* e *FRB*.

Concomitantemente com o *AML DPA*, o *HSBC Bank USA* também celebrou dois compromissos de cessação de conduta com o *OCC*. O primeiro, descrito acima, requer que o *HSBC Bank USA* adote um programa abrangente de *compliance*. O segundo requer que o *HSBC Bank USA* corrija as circunstâncias mencionadas no relatório de investigação desta autoridade impondo certas restrições sobre o *HSBC Bank USA* na aquisição direta ou indireta de controle de, ou participação em, qualquer subsidiária financeira nova, ou na inclusão de novas atividades em suas subsidiárias financeiras existentes, sendo necessária obter para tal a aprovação prévia do *OCC*.

Os acordos com autoridades dos Estados Unidos e do Reino Unido não impedem a propositura de ações por parte de entidades privadas arguindo ou questionando, entre outras coisas, as políticas de *compliance* do Grupo *HSBC* e o cumprimento por parte do Grupo das políticas e normas de combate à lavagem de dinheiro, cumprimento das leis de sigilo bancário aplicáveis, e demais sanções desta natureza mesmo que não estejam previstos expressamente nos acordos.

Em maio de 2014, um acionista do *HSBC Holdings* ("Autor") propôs ação subsidiária em nome do *HSBC Holdings*, *HSBC Bank USA*, *HNAH* e *HSBC USA Inc.* ("Grupo *HSBC*") em face de então atuais e ex-diretores e executivos ("Réus") das referidas empresas perante a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque. O Autor alega que os indivíduos Réus violaram os seus deveres fiduciários perante o Grupo *HSBC* e causaram a perda de ativos corporativos por supostamente permitir e/ou causar a conduta subjacente ao *AML DPA*. Em novembro de 2015, a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque deferiu o pedido de extinção da ação. O Autor pode recorrer da decisão.

Em julho de 2014, um grupo de investidores em ações ordinárias do *HSBC* e ADSs (sigla de *American Depositary Shares*), adquiridas entre julho de 2006 e julho de 2012, propôs ação indenizatória em face do *HSBC Holdings* e um ex-funcionário da empresa perante o Tribunal de Justiça de Ontário. Os Autores buscam indenização material de aproximadamente CA\$ 20 bilhões. Alegam que os réus violaram precedentes legais e a legislação estatutária ao incluírem declarações falsas em documentos divulgados pelo *HSBC Holdings* e sua subsidiária, *HSBC Bank Canada*, com relação ao cumprimento da *BSA*, *AML*, sanções e outras leis. Em Setembro de 2017, o Tribunal Superior de Justiça de Ontário retirou as ações contra o *HSBC Holdings* e ex-funcionários por falta de jurisdição, e manteve a ação de falsa declaração contra o *HSBC Holdings* por incompetência do Fórum. Em Outubro de 2017, o autor recorreu para a Corte de Apelação de Ontário, onde o recurso está pendente.

Desde novembro de 2014, cinco ações foram propostas perante os Juízos Distritais Federais de Nova Iorque, Illinois e Texas, contra várias empresas do *HSBC* e outras partes cujos autores são, eles próprios ou pessoas a eles relacionadas, vítimas de ataques terroristas no Iraque, Jordânia ou da violência do cartel do México. Em cada caso, alega-se que os réus auxiliaram e incentivaram uma conduta ilegal de vários grupos sancionados em violação a Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos. Uma ação foi voluntariamente retirada em Outubro de 2017. As demais estão pendentes no Juízo Distrital de Nova Iorque e encontram-se em estágio inicial.

Com base nos fatos atualmente conhecidos, não é possível ao *HSBC*, neste momento, prever o

Governança

(Em milhares de reais)

resultado das mencionadas matérias, incluindo a duração ou qualquer impacto possível sobre o *HSBC*, que pode ser significativo.

Gestão de riscos

Ao longo da história o Grupo *HSBC* têm mantido um perfil de risco conservador. Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos.

Nossa estrutura de gerenciamento de risco, empregado em todos os níveis da organização, garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado com nosso apetite de risco e estratégia, determinados pelos seguintes princípios:

- gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;
- posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos local;
- modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas;
- práticas de negócio: tolerância zero para fazer negócios sem considerar os riscos reputacionais resultantes; tolerância zero para fazer negócios que deliberadamente são prejudiciais aos clientes ou não cumpram a letra ou espírito dos requerimentos regulatórios; tolerância zero para conduta impropria por parte dos funcionários.

Gestão Integrada de Riscos

O *HSBC Brasil* atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente, com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo *HSBC* e internamente denominada *Enterprise Risk Management Framework* (“*ERMF*”). Essa abordagem estabelece como objetivos:

- suportar uma cultura forte em toda a organização;
- assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva;

- permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos;
- assegurar que os riscos assumidos estão de acordo com a natureza e o nível pre-estabelecidos.

A *ERMF* está baseada em cinco componentes:

- cultura e valores;
- papéis e responsabilidades;
- governança;
- processos e ferramentas;
- controles internos.

A *ERMF* também estabelece as principais referências internas com relação a princípios, políticas e procedimentos, assim como define a taxonomia de riscos usada como base para gestão integrada de riscos.

Em 23 de Fevereiro de 2017 foi emitida a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações propostas pela resolução dizem respeito a gestão integrada de riscos, a estrutura de governança e a declaração de apetite ao risco. A resolução também consolida e revoga as resoluções e circulares anteriores relacionadas a risco de mercado, operacional, capital, liquidez e crédito, e entra em vigor para o *HSBC Brasil* em 360 dias após sua publicação considerando que o *HSBC Brasil* se enquadra no segmento S4 de acordo com a Resolução 4.553/17. As mudanças introduzidas pela Resolução 4.557/17 não impactam significativamente o *HSBC Brasil* já que na vasta maioria dos requerimentos o Grupo *HSBC* já estava exposto a requerimentos similares em outras geografias e portanto esses requerimentos já estavam incorporados a política interna.

Cultura de Risco

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia tudo o que fazemos.

Uma cultura de risco forte é aquela que apoia consistentemente e de forma apropriada a conscientização, comportamentos e julgamentos

sobre riscos. Ela reforça o gerenciamento eficaz de riscos, promove a tomada de riscos de forma apropriada e garante que os riscos emergentes ou as atividades de risco além do nosso apetite de risco sejam reconhecidos, avaliados, escalados e abordados em tempo hábil.

Também é essencial à cultura de risco que haja uma adequada comunicação de como o banco encara o risco e qual seu apetite, de modo que a cultura seja disseminada não apenas nos processos e políticas.

Papéis e Responsabilidades

Todo funcionário do Grupo *HSBC* é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa (*Three Lines of Defense* ou “3LOD”). Esse modelo é uma estrutura organizacional que descreve a divisão de papéis e responsabilidades, definida pelas atividades realizadas. É aplicável a todos os indivíduos e a todos os tipos de risco.

Deve haver uma clara segregação entre a propriedade dos riscos (Primeira *LOD*), a supervisão independente dos riscos (Segunda *LOD*) e a revisão e avaliação independente (Terceira *LOD*) para ajudar a apoiar o Banco na efetiva identificação, avaliação, monitoramento, gerenciamento e reporte de riscos.

As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

- A Primeira *LOD* é a proprietária dos riscos e responsável por identificar, registrar, reportar e gerir os riscos no dia-a-dia, assegurando que as análises e controles para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;
- A Segunda *LOD* determina as políticas, supervisiona e desafia as atividades e os relatórios da Primeira *LOD* para garantir que eles tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido.
- A Terceira *LOD* é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo *HSBC*, garantindo que os

processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

O *HSBC Brasil* dispõe de um departamento de Gerenciamento de Riscos independente das áreas de negócios, sob a gestão do Diretor de Riscos, cuja responsabilidade inclui, mas não está limitada a, estabelecimento de políticas, monitoramento do perfil de risco dos negócios, e análise prospectiva dos cenários para identificação e gestão dos riscos emergentes.

Governança

O modelo de governança do Grupo *HSBC* tem como objetivo assegurar o monitoramento e escalação dos assuntos relevantes de forma adequada e tempestiva. Esse modelo inclui comitês com ampla participação da Diretoria visando assegurar a plena visibilidade dos riscos incorridos pela instituição, para revisão e tomadas de decisão.

A Diretoria é responsável por uma gestão efetiva dos riscos e aprovação do *RAS (Risk Appetite Statement – Declaração de Apetite a Riscos)*. O Comitê Executivo (ExCo) é suportado por seus subcomitês, a saber: *RMM (Risk Management Meeting – Reunião de Gestão de Riscos)*, *ALCO (Assets and Liabilities Committee – Comitê de Ativos e Passivos)* e *FCRMC (Financial Crime Risk Management Committees – Comitê de Gerenciamento de Risco de Crimes Financeiros)*.

O *HSBC Brasil* atua de forma aderente a padrões consistentes e políticas de gestão de riscos que são requeridas pelo Grupo *HSBC* através de padrões globais e modelo de risco operacional global. O princípio da responsabilidade individual é exercido em toda a organização e é fundamental para o gerenciamento efetivo de riscos no *HSBC*. As decisões são tomadas por indivíduos específicos de acordo com a autoridade a ele delegada para garantir uma clara atribuição de responsabilidade.

Ferramentas de Gestão de Riscos

Em linha com o Grupo *HSBC*, o *HSBC Brasil* utiliza ferramentas para identificar, monitorar e gerenciar riscos conforme descrito abaixo.

RAS (Risk Appetite Statement - Declaração de Apetite a Riscos)

A *RAS* é a articulação da Diretoria de níveis de risco e de retorno que sejam aceitáveis e toleráveis numa perspectiva do banco como um todo. Dentro do *HSBC Brasil*, a *RAS* fornece uma ligação entre as áreas de negócios, estratégia, risco e finanças, permitindo que a Diretoria aloque o capital de forma ideal para financiar o crescimento estratégico dentro dos níveis de risco tolerados. Ele fornece uma visão em um horizonte de médio a longo prazo e não deve ser usado para monitorar o desempenho em relação ao Plano Operacional Anual.

A *RAS* contribui significativamente para uma estrutura de gerenciamento de risco forte e integrada e para a cultura de risco, ajudando a direcionar e apoiar o crescimento sustentável no contexto de um ambiente de maior risco. O Apetite de Risco também é usado no gerenciamento ativo de riscos, juntamente com outras ferramentas de gerenciamento de risco da empresa.

A *RAS* estabelece os níveis e tipos de riscos de forma integrada a que o *HSBC Brasil* está disposto a assumir em suas atividades comerciais para alcançar seus objetivos de negócios. Ela fornece uma base para decisões de negócios considerando o equilíbrio de risco e retorno, e fazendo o melhor uso de nosso capital. A *RAS* está interligada aos planos estratégicos, financeiros e de remuneração deste, e, portanto, demonstra uma visão de futuro ao descrever o perfil de apetite desejado.

A *RAS* consiste em demonstrações qualitativas e métricas quantitativas, cobrindo riscos financeiros e riscos não financeiros.

As métricas de apetite de risco são revistas semestralmente e são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias de linha de negócios, planejamento estratégico e de negócios e para a avaliação da Diretoria.

Mapa de Riscos

O Mapa de Risco fornece uma visão pontual do perfil de risco do *HSBC Brasil* em diversos tipos de risco. Permite que o *RMM* avalie o potencial desses riscos impactarem de forma relevante nos resultados financeiros, reputação ou sustentabilidade do nosso negócio. Os especialistas de risco atribuem *ratings* vermelho,

âmbar ou verde a risco "atuais" e "projetados", apoiados por comentários. Os riscos "âmbar" ou "vermelho" exigem que os planos de ação de monitoramento e/ou mitigação estejam em vigor ou iniciados para gerenciar o risco até níveis aceitáveis.

As classificações do Mapa de Risco são uma avaliação julgamental do especialista de risco (A segunda *LOD*) do perfil de risco na sua especialidade. A classificação do Mapa de Risco deve levar em consideração questões específicas do tipo de risco, como evidências objetivas, indicadores-chave e métricas de risco operacional, quando apropriado.

Riscos Emergentes

O relatório de Riscos Emergentes aborda riscos que ainda não se cristalizaram, mas podem gerar impactos financeiros ou não-financeiros. Eles são segregados entre curto prazo, com o potencial de se formar e cristalizar em um horizonte de seis meses e um ano, e os de médio ou longo prazo, capazes de ter impacto material em nossa estratégia, rentabilidade e reputação a longo prazo, apesar de mais incertos e horizonte temporal de um ano ou mais.

Usamos o relatório para avaliar o ambiente de risco interno e externo e fornecemos uma visão de futuro de questões que poderiam ameaçar a execução da estratégia ou operações do *HSBC*.

O *HSBC Brasil* participa do Fórum Regional de Riscos Emergentes duas vezes por ano. O resultado dessas discussões é compartilhado com o grupo para questionamento e validação do relatório de Riscos Emergentes.

Programa de Testes de Estresse Integrado

O teste de estresse é uma ferramenta essencial de risco, estratégia e gerenciamento de capital para o Grupo *HSBC*.

Usamos testes de estresse para examinar as sensibilidades dos planos de capital e da demanda não planejada de capital regulatório em vários cenários, tanto sob a forma de testes de estresse regulatório quanto de testes de estresse internos. Eles incluem, mas não estão limitados a, eventos macroeconômicos adversos, ocorrências geopolíticas e uma variedade de eventos importantes projetados de risco operacional.

Também realizamos testes de estresse internos em uma variedade de cenários e riscos. Estes estão intimamente alinhados com nossas avaliações de Riscos Emergentes e informam nosso apetite de risco. Eles incluem possíveis eventos de risco macroeconômicos, geopolíticos e operacionais, e eventos potenciais específicos para o *HSBC*.

Os cenários selecionados refletem nosso apetite de risco para rentabilidade, capital e liquidez. A análise de testes de estresse ajuda a Diretoria a entender a natureza e a extensão de qualquer vulnerabilidade. Testes de estresse internos alertam as ações da gestão de várias maneiras. Os impactos nas principais métricas e limites de apetite de risco são considerados, e estes podem ou não ser reavaliados (por exemplo, reduções em limites de carteira, limites ou exposições diretas e por meio de um acompanhamento e vigilância mais rigorosos das exposições que podem ser sensíveis estressar). Esse processo é parte integrante da nossa gestão de risco ativa e mais detalhes podem ser encontrados na Política de Teste de Estresse.

Risco de crédito

Gerenciamento do risco de crédito

(Não auditado)

O risco de crédito é o risco de perdas financeiras no caso de um cliente ou contraparte não cumprir com uma obrigação no âmbito de um contrato. Surge principalmente de empréstimos, financiamentos, adiantamentos e de contratos de arrendamento mercantil, mas também está presente em certos saldos registrados em contas de compensação, tais como garantias e valores de referência dos derivativos, e também do posicionamento do *HSBC Brasil* em instrumentos de dívida.

O *HSBC Brasil* mensura o risco de crédito como o valor que poderia ser perdido se um cliente ou contraparte falhasse em realizar os pagamentos devidos ao banco. Sendo assim, o risco é monitorado usando diversas métricas internas de gerenciamento de risco garantindo que estejam e permaneçam dentro dos limites aprovados por indivíduos dentro da governança de autoridades delegadas. O risco, além disso, é gerenciado através de uma governança robusta de controle

de risco que dispõe para os gestores de risco políticas, princípios e orientações claras e consistentes.

O *HSBC Brasil* adota políticas de crédito, procedimentos e orientações na concessão de crédito que visam satisfazer tanto às exigências locais quanto às normas do *HSBC*. A autoridade para a aprovação de crédito é delegada pela Diretoria Executiva ao Diretor Executivo de Risco, o qual responde ao Presidente do *HSBC Brasil* sobre questões relacionadas a crédito, mantendo uma linha funcional de comunicação direta com o diretor responsável pela função de Risco na América Latina.

A função de Risco de Crédito no *HSBC Brasil* é responsável pelas políticas e processos para gerenciamento de risco de crédito, incluindo a criação de políticas e governança de ratings de risco, guiar o apetite do banco para exposições a risco de crédito, assumindo revisões independentes e avaliações objetivas do risco de crédito, além do monitoramento da performance e o gerenciamento do portfólio.

Os principais objetivos do nosso gerenciamento de risco de crédito são:

- Manter uma forte cultura de empréstimos responsáveis dentro do *HSBC Brasil*, além de políticas e estrutura de controles de risco robustos.
- Realizar parcerias com e desafiar as áreas de negócios na definição, implementação e contínua reavaliação do nosso apetite a risco sob condições reais e estressadas.
- Garantir que haja avaliação independente e especialista dos riscos de crédito, seus custos e sua mitigação.

Exposição ao risco crédito

A exposição do *HSBC Brasil* ao risco de crédito ocorre em várias classes de ativos, incluindo derivativos, ativos financeiros mantidos para negociação, empréstimos e adiantamentos a clientes e investimentos financeiros. De forma a evitar a concentração excessiva de risco, as políticas e procedimentos estabelecidos pelo *HSBC* incluem orientações específicas à manutenção de uma carteira diversificada.

Riscos

(Em milhares de reais)

Concentrações de risco de crédito identificadas são controladas adequadamente e administradas.

A tabela abaixo apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial e nas contas de compensação, sem considerar quaisquer garantias recebidas ou outros reforços de crédito. Para ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito equivale ao valor contabilizado; para garantias financeiras concedidas e contratos similares, é o montante máximo que o *HSBC Brasil* pagaria caso todas as garantias fossem solicitadas. Para compromissos de empréstimos e outros compromissos relacionados a crédito irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas linhas de crédito, é o montante total das linhas de crédito comprometidas. O *HSBC Brasil* não possuía garantias financeiras concedidas e compromissos

de empréstimos e outros compromissos relacionais a crédito irrevogáveis em 2017 e 2016.

Outros mitigadores de risco de crédito

Enquanto não divulgados como um ajuste de offset na tabela "Exposição máxima de risco de crédito", outras ações estão sendo tomadas para a redução da nossa exposição máxima ao risco de crédito. O efeito desses mitigadores e outros detalhes de garantias em relação a certos empréstimos e adiantamento estão inclusos na Nota de *Offsetting* de ativos financeiros e passivos financeiros.

Exposição máxima ao risco de crédito

(Auditado)

	2017	2016
	Exposição máxima	Exposição máxima
Operações de compra com compromisso de revenda - não negociação	3.731	244.624
Instrumentos financeiros derivativos	29.579	26.229
Empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado:	70.673	9.443
- a bancos	20.673	9.443
- a clientes	50.000	-
Investimentos financeiros	930.917	801.229
Outros ativos	15.638	12.496
Total da exposição máxima ao risco de crédito do balanço em 31 de Dezembro	1.050.538	1.094.021

Concentração da exposição

(Não auditado)

Concentrações de risco de crédito surgem quando um número de contrapartes ou exposições tem características econômicas similares, ou as contrapartes estão envolvidas em atividades semelhantes ou operam nas mesmas regiões geográficas ou setores econômicos, de modo que sua capacidade coletiva para cumprir as obrigações contratuais seja uniformemente afetada por mudanças nos cenários econômicos, políticos ou outras condições. Risco de precificação incorreta de inadimplência é uma forma agravada de concentração de risco que surge quando há uma forte correlação entre a probabilidade de inadimplência da contraparte e o valor de mercado da operação.

Qualidade de crédito

(Não auditado)

Nossos sistemas e processos de classificação e de gerenciamento de risco estão estabelecidos para identificar os segmentos com maior concentração de risco e probabilidade de perda. No caso de clientes individualmente significativos, avaliações de risco são realizadas periodicamente, e quaisquer alterações necessárias são implementadas imediatamente.

Regularmente as equipes de revisão de crédito e identificação de risco efetuam a avaliação de exposições e dos processos para fornecer uma opinião independente e rigorosa acerca dos riscos de crédito no *HSBC Brasil*, reforçando o gerenciamento secundário dos riscos e disseminando as melhores práticas. A auditoria interna desempenha uma função terciária, focada nos riscos com uma perspectiva global e na concepção e efetividade dos controles primários e secundários, realizando auditorias de supervisão através de amostragens regionais e globais de toda a estrutura de controle, auditorias específicas de riscos-chaves emergentes e auditoria de projetos para avaliar as principais iniciativas de mudanças.

Qualidade de crédito dos instrumentos financeiros

(Não auditado)

As cinco classificações definidas a seguir descrevem a qualidade de crédito dos empréstimos, carteiras de títulos e valores mobiliários e derivativos do *HSBC Brasil*. Cada uma delas inclui uma série de notas internas de classificação de crédito para operações de atacado.

Definições das classificações de qualidade

- Forte: Exposições demonstram uma forte capacidade de cumprir compromissos financeiros, com probabilidade insignificante ou baixa de inadimplência e/ou níveis de perda esperada;
- Boa: Exposições precisam de maior monitoramento e demonstram boa capacidade de cumprir compromissos financeiros, com baixo risco de inadimplência;
- Satisfatória: Exposições precisam de monitoramento contínuo e demonstram uma capacidade média a regular de cumprir compromissos financeiros, com expectativa de que haja pequenas perdas após a adoção de processos de recuperação;
- Abaixo do padrão: Exposições necessitam de graus diferentes de atenção especial, e o risco de inadimplência é uma preocupação maior; e
- Deteriorada: Exposições foram avaliadas, individual ou coletivamente, como deterioradas.

Riscos

(Em milhares de reais)

As seguintes tabelas demonstram a distribuição dos instrumentos financeiros do *HSBC Brasil* de acordo com a qualidade de crédito:

Distribuição dos ativos financeiros de acordo com a qualidade de crédito

(Não auditado)

	Sem atraso, nem deterioração				Em atraso mas não deteriorada	Deteriorados	Redução ao valor recuperável	Total
	Forte	Boa	Satisfatória	Abaixo do padrão				
Instrumentos financeiros derivativos	237	28.685	657	-	-	-	-	29.579
Empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado	19.661	51.012	-	-	-	-	-	70.673
Empréstimos e adiantamentos a bancos	19.661	1.012	-	-	-	-	-	20.673
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	50.000	-	-	-	-	-	50.000
Operações de compra com compromisso de revenda - não negociação	-	3.731	-	-	-	-	-	3.731
Investimentos Financeiros	-	930.917	-	-	-	-	-	930.917
Títulos públicos	-	918.050	-	-	-	-	-	918.050
Títulos privados	-	12.867	-	-	-	-	-	12.867
Outros ativos	-	189.438	18.112	-	-	-	-	207.550
Em 31 de Dezembro de 2017	19.898	1.203.783	18.769	-	-	-	-	1.242.450

Riscos

(Em milhares de reais)

	Sem atraso, nem deterioração				Em atraso mas não deteriorada	Deteriorados	Redução ao valor recuperável	Total
	Forte	Boa	Satisfatória	Abaixo do padrão				
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.104	25.125	-	-	-	-	26.229
Empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado	8.743	700	-	-	-	-	-	9.443
Empréstimos e adiantamentos a bancos	8.743	700	-	-	-	-	-	9.443
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de compra com compromisso de revenda - não negociação	-	244.624	-	-	-	-	-	244.624
Investimentos Financeiros	-	801.229	-	-	-	-	-	801.229
Títulos públicos	-	787.654	-	-	-	-	-	787.654
Títulos privados	-	13.575	-	-	-	-	-	13.575
Outros ativos	-	99.081	17.372	-	-	-	-	116.453
Em 31 de Dezembro de 2016	8.743	1.146.738	42.497	-	-	-	-	1.197.978

Riscos

(Em milhares de reais)

Garantias**Garantias e outros reforços de crédito**

(Não auditado)

Derivativos

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos em cada transação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades. Usualmente, as operações de derivativos efetuadas pelo *HSBC Brasil* junto a

clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo *HSBC Brasil* refere-se a operações de swap, termos e futuros, registradas na *B3*.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos pelo *HSBC Brasil* estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e de cupons de dólar. O gerenciamento desses e de outros fatores de risco de mercado está apoiado em modelos determinísticos e estatísticos sofisticados. Com base nesse modelo de gestão, o *HSBC Brasil* tem conseguido otimizar a relação risco-retorno, mesmo em situações de grande volatilidade.

Empréstimos e adiantamentos a clientes – por setor econômico

(Auditado)

A tabela a seguir demonstra os empréstimos e adiantamentos a clientes por setor econômico:

	2017	2016
Instituições financeiras não bancárias	<u>50.000</u>	<u>-</u>

Riscos

(Em milhares de reais)

Risco de liquidez e de captação

(Não auditado)

O risco de liquidez é o risco de que o *HSBC Brasil* não tenha recursos financeiros suficientes para cumprir com suas obrigações à medida que vencem, ou que tenha de vir a fazê-lo a um custo excessivo. Esse risco decorre da inadequação do calendário de fluxos de caixa. Risco de captação (uma forma de risco de liquidez) surge quando a liquidez necessária para financiar posições ativas sem liquidez não pode ser obtida nos termos esperados e quando necessário.

Políticas e procedimentos

(Não auditado)

A gestão de liquidez e de captação é essencialmente realizada localmente pelas empresas financeiras do *HSBC Brasil*, em conformidade com as práticas e limites estabelecidos pelo *ALCO*. Esses limites variam de

acordo com o nível de desenvolvimento de liquidez dos mercados onde as empresas operam. De acordo com as políticas do *HSBC Brasil* essas operações são financiadas dentro de limites e políticas internas e regulatórias.

O processo de gestão de liquidez e captação inclui:

- projeção dos fluxos de caixa por moeda em diferentes cenários de estresse, considerando o nível de liquidez necessária em relação a estes;
- acompanhamento da liquidez do balanço;
- manutenção de planos de contingência para liquidez e financiamento. Tais planos devem identificar precocemente os indicadores de condições de estresse e descrever ações a serem tomadas em caso de dificuldades decorrentes de crises sistêmicas ou outras, enquanto minimizam as consequências adversas de longo prazo para o negócio.

Fluxos de caixa a pagar de passivos financeiros do *HSBC Brasil* por prazo contratual

(Auditado)

	Sem vencimento ¹	Até 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de Dezembro de 2017					
Instrumentos financeiros derivativos	91.436	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	923	-	-	-
	<u>91.436</u>	<u>923</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 31 de Dezembro de 2016					
Depósitos de clientes	-	-	2.998	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.782	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	499	-	-	-
	<u>5.782</u>	<u>499</u>	<u>2.998</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

¹ Os saldos classificados como "sem vencimento" podem ser liquidados a qualquer momento e incluem os derivativos classificados como para negociação.

Riscos

(Em milhares de reais)

Os saldos na tabela acima podem não refletir diretamente os saldos do balanço patrimonial consolidado, pois representam, numa base não descontada, todos os fluxos de caixa relativos à principal e pagamentos de juros futuros (exceto passivos e derivativos para negociação). Passivos e derivativos para negociação foram incluídos na faixa de “sem vencimento”, desconsiderando o prazo contratual, pois tais operações são tipicamente liquidadas no curto prazo. Os fluxos de caixa não descontados que potencialmente ocorrerão em função das garantias e outros contratos similares estão classificados com base na data mais recente que poderão ser liquidados.

Ativos vinculados

(Não auditado)

O objetivo desta divulgação é para facilitar a compreensão dos ativos disponíveis e sem restrições que poderiam ser usados para apoiar potenciais necessidades de captação e garantias no futuro.

Um ativo é definido como vinculado se tiver sido dado como garantia contra um passivo existente, e como resultado, não está mais disponível para o Grupo para garantir a captação, satisfazer as necessidades de garantias ou ser vendido para

reduzir a necessidade de captação. Um ativo é, portanto, classificado como não vinculado se não for dado como garantia contra um passivo existente.

Ativos não vinculados são ainda analisados em quatro subcategorias separadas: ‘ativos facilmente realizáveis’, ‘outros ativos realizáveis’, ‘operações de compra com compromisso de revenda/derivativos’ e ‘não podem ser utilizados como garantia’.

Esta divulgação não é designada para identificar os ativos que estariam disponíveis para atender as reivindicações dos credores ou de prever recursos que estariam disponíveis para os credores em caso de uma decisão ou falência.

A tabela a seguir resume o total de ativos que são capazes de suportar futuras necessidades de captação e garantias e mostra a extensão em que esses ativos estão prometidos para esta finalidade.

Análise de ativos vinculados e não vinculados

	Vinculados		Não vinculados		Outros	Total
	Dados em garantia	Ativos facilmente realizáveis	Outros ativos realizáveis	Operações de compra com compromisso de revenda/ Derivativos	Não podem ser utilizados como garantia	
Em 31 de Dezembro de 2017						
Operações de compra com compromisso de revenda	-	-	-	3.731	-	3.731
Derivativos	-	-	-	29.579	-	29.579
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	-	-	20.673	20.673
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	50.000	50.000
Investimentos Financeiros	171.779	759.138	-	-	-	930.917
Outros ativos	9.549	-	-	-	6.089	15.638
Ativos fiscais correntes	-	-	-	-	5.410	5.410
Despesas antecipadas e outros valores a receber	-	-	-	-	197.014	197.014
Ativo Intangível	-	-	-	-	246	246
Ativo Imobilizado	-	-	-	-	10.264	10.264
Ativo fiscal diferido	-	-	-	-	13	13
	181.328	759.138	-	33.310	289.709	1.263.485

Riscos

(Em milhares de reais)

	Vinculados	Não vinculados		Outros	Total	
	Dados em garantia	Ativos facilmente realizáveis	Outros ativos realizáveis	Operações de compra com compromisso de revenda/ Derivativos		Não podem ser utilizados como garantia
Em 31 de Dezembro de 2016						
Operações de compra com compromisso de revenda	-	-	-	244.624	-	244.624
Derivativos	-	-	-	26.229	-	26.229
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	-	-	9.443	9.443
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	-	-
Investimentos Financeiros	107.664	693.565	-	-	-	801.229
Outros ativos	9.937	-	-	-	2.559	12.496
Ativos fiscais correntes	-	-	-	-	8.168	8.168
Despesas antecipadas e outros valores a receber	-	-	-	-	106.658	106.658
Ativo Intangível	-	-	-	-	328	328
Ativo Imobilizado	-	-	-	-	11.222	11.222
Ativo fiscal diferido	-	-	-	-	8	8
	117.601	693.565	-	270.853	138.386	1.220.405

Risco de mercado

(Não auditado)

O quadro abaixo resume as principais áreas de negócio onde o risco de mercado reside bem como as principais métricas adotados pelo *HSBC Brasil* para o seu monitoramento e gerenciamento.

Tipos de Risco	Negociação	Não Negociação
		Taxa de Cambio Taxa de Juros
Linhas de Negócio	GB&M e BSM	BSM
Métricas de Risco	VaR Sensibilidade Teste de Estresse	VaR Sensibilidade Teste de Estresse

O objetivo da administração de risco de mercado do *HSBC Brasil* é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de risco de mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de mercado consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

A natureza das estratégias de proteção (*hedging*) e mitigação de risco utilizadas pela instituição esta alinhada com os instrumentos disponíveis no mercado. Estas estratégias utilizam basicamente os instrumentos disponíveis no mercado brasileiro como por exemplo contratos futuros negociados na bolsa de mercadorias e futuros.

O *HSBC Brasil* segrega as exposições ao risco de mercado em carteiras destinadas a negociação e não destinadas à negociação. Carteiras de negociação incluem posições próprias e outras posições marcadas a mercado.

Carteiras não destinadas à negociação incluem posições oriundas da administração do risco de taxa de juros dos ativos e passivos não incluídos nas carteiras de negociação, ou seja, provenientes da carteira bancária e investimentos financeiros disponíveis para venda, como por exemplo a carteira de títulos públicos.

O gerenciamento do risco de mercado é de responsabilidade do segmento de *Global Markets (GB&M)* para a carteira de negociação e *Balance Sheet Management (BSM)* para a carteira de não-negociação, que utilizam seus limites de risco aprovados pela Diretoria Executiva do Brasil de acordo com os limites de alçada estabelecidos pelo *HSBC*. Os limites são estabelecidos por tipo de carteira, produto e tipos de risco. O *HSBC Brasil* possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de

mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado conformidade as políticas definidas pelo *HSBC* e monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação a limites preestabelecidos.

A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados por *Global Markets*. O objetivo é assegurar que todos os riscos de mercado sejam consolidados em uma área que possua as competências e ferramentas de administração e governança necessárias para geri-los profissionalmente.

O *HSBC Brasil* utiliza uma variedade de ferramentas para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado, incluindo análises de sensibilidade, *VAR* e testes de estresse.

Análise de sensibilidade

(Não auditado)

A análise de sensibilidade é usada para monitorar as exposições às taxas de juros, por exemplo, medindo a sensibilidade do valor de mercado de uma posição ao movimento de um ponto base (0,01%) nas taxas de juros. Limites de sensibilidade são determinados para níveis de carteira, produto e tipo de risco e prazo.

Valor em Risco (VAR)

(Não auditado)

VAR é uma ferramenta estatística que estima as perdas potenciais que podem acontecer em uma carteira devido aos movimentos nos fatores de risco de mercado, levando em consideração um horizonte de tempo específico e um determinado intervalo de confiança (probabilidade).

Os modelos de *VAR* utilizados pelo *HSBC Brasil* baseiam-se em simulação histórica, ou seja, utilizam uma série histórica de preços e taxas, levando em consideração a correlação entre os diversos ativos e passivos.

Os modelo de simulação histórica possuem as seguintes características:

- movimentos potenciais de mercado são calculados com referência às informações dos últimos dois anos.
- VAR é calculado utilizando o intervalo de confiança de 99% e horizonte de tempo de um dia.

Como resultado, um aumento da volatilidade no mercado irá causar um aumento no VAR, mesmo sem qualquer alteração das posições subjacentes.

O *HSBC Brasil* valida rotineiramente a acuracidade de seu modelo de VAR por meio de testes de aderência. Nesse tipo de teste são contrastados o valor do VAR e o resultado diário da carteira (ganho ou perda), ajustado para remover itens não modelados, como taxas e comissões.

Estatisticamente, esperam-se perdas reais além do VAR somente em 1% dos casos no período de um ano. O número real de excessos durante esse período pode, portanto, ser usado para medir a acuracidade do modelo e seu aperfeiçoamento.

Limitações do Modelo de VAR

Embora seja um guia valioso e simples para a mensuração do risco, o VAR deve sempre ser visto no contexto de suas limitações. Por exemplo:

- o uso de dados históricos como referência para estimar eventos futuros pode não incluir todos os eventos potenciais, especialmente os extremos por natureza.
- o uso do horizonte de tempo de um dia possui a premissa de que todas as posições possam ser liquidadas ou seus riscos possam ser protegidos (*hedged*) em um só dia. Essa premissa pode não refletir completamente o risco de mercado que surge em épocas de profunda falta de liquidez, quando o período de um dia pode ser insuficiente para liquidar ou fazer *hedge* de todas as posições integralmente.
- o uso do intervalo de nível de confiança de 99%, por definição, não leva em consideração perdas que possam acontecer além desse nível de confiança.
- o VAR é calculado com base nas exposições em aberto no fechamento do dia, portanto não

reflete necessariamente as exposições tomadas intradia.

- o poder preditivo do VAR limita-se às condições normais de mercado, ou seja, é pouco provável que o VAR capture a probabilidade de perdas por eventos extremos de mercado (veja seção “Teste de estresse”).

Teste de estresse

(Não auditado)

Em reconhecimento às limitações do VAR, o *HSBC Brasil* utiliza testes de estresse para avaliar o impacto potencial que o valor de sua carteira pode sofrer como decorrência de movimentos ou eventos extremos, porém plausíveis, em um conjunto de variáveis financeiras.

Os cenários são adaptados para capturar eventos relevantes ou movimentos de mercado não contemplados em outras métricas de risco. O apetite de risco a essas potenciais perdas estressadas é definido e monitorado por meio de limites de referência (*referral limits*).

Os resultados dos testes de estresse fornecem à Administração uma avaliação do impacto financeiro que tais eventos teriam sobre o resultado do *HSBC Brasil*. As perdas diárias durante 2017 aconteceram dentro dos cenários de perda reportados.

Todos os riscos nesta seção estão reportados sob a perspectiva do VAR. Não é permitido ao *HSBC Brasil* tomar risco de mercado em operações que envolvem mercadorias, portanto possíveis posições são perfeitamente cobertas por operações contrárias (“*fully back to back*”). A tabela a seguir fornece uma visão geral do VAR para o *HSBC Brasil*:

Riscos

(Em milhares de reais)

	2017		2016	
	Negociação	Não destinados à negociação	Negociação	Não destinados à negociação
Taxa de câmbio	4	0	n/a	-
Taxa de juros	686	410	n/a	362

Carteiras de negociação

(Não auditado)

Carteiras de negociação compreendem posições resultantes de atividade de *market-making* e facilitação de clientes.

O controle de risco de mercado do *HSBC Brasil* é baseado em uma política de restrição de operações de acordo com uma lista de

instrumentos aprovados pela área de Risco, em cumprimento a procedimentos rigorosos para a aprovação de novos produtos e restrição de negociação de derivativos mais complexos, de acordo com o nível de especialização e sistemas de controle existentes.

O VAR de carteiras de negociação esta detalhado no quadro abaixo:

Valor em risco por tipo de atividade de negociação

(Não auditado)

	Taxa de Câmbio	Taxa de Juros	Total
Em 31 de Dezembro de 2017	4	686	674
Em 31 de Dezembro de 2016	n/a	n/a	n/a
Média			
2017	105	259	334
2016	n/a	n/a	n/a
Mínimo			
2017	0	0	0
2016	n/a	n/a	n/a
Máximo			
2017	1.330	1.735	1.735
2016	n/a	n/a	n/a

Valor em Risco Estressado (VAR Estresse) das carteiras de negociação

Embora o VAR Estresse seja usado principalmente para o propósito de capital regulatório e embora o *HSBC Brasil* ainda utilize modelos padronizados para fins de cálculo de capital para risco de mercado, esta métrica está integrada no processo da gestão de riscos para destacar posições de risco potenciais com base na volatilidade do mercado em cenários de estresse. O VAR Estresse complementa outras medidas de risco, proporcionando as perdas potenciais decorrentes da turbulência do mercado. Os cálculos são baseados em um período contínuo de um ano para a carteira de negociação, com base na avaliação do período mais volátil na história recente.

O VAR Estresse para carteiras de negociação foi:

VAR Estresse equivalente a 1 dia

	2017	2016
Em 31 de Dezembro	848	n/a

Carteiras não destinadas à negociação

(Não auditado)

O objetivo principal da gestão de risco de mercado das carteiras não destinadas à negociação é otimizar a receita líquida de juros. O risco da taxa de juros nas carteiras não destinadas a negociação surge principalmente de desequilíbrios entre o rendimento futuro de ativos e seu custo de financiamento, como resultado das mudanças das taxas de juros. A mudança futura na receita líquida de juros das carteiras não destinadas à negociação será refletida no valor realizável dessas posições.

A fim de administrar esse risco de forma adequada, o risco de mercado das carteiras não destinadas à negociação é transferido para o *BSM*. Quando as características comportamentais de um produto diferem de suas características contratuais, estas últimas são avaliadas para determinar o verdadeiro risco da taxa de juros subjacente. É necessário que o *ALCO* monitore todos os pressupostos comportamentais e as posições de risco da taxa de juros para assegurar que os mesmos cumpram os limites de risco da taxa de juros estabelecidos pelo *HSBC Brasil*.

Mensuração do Risco de Taxa de Juros da Carteira de Não-negociação

As principais métricas utilizadas para a gestão do risco de taxa de juros da carteira de não-negociação são:

- VaR
- Sensibilidade do NII
- Sensibilidade do EVE

Valor em risco das carteiras não destinadas à negociação

	2017	2016
Em 31 de Dezembro	410	362
Média	359	385
Mínimo	122	292
Máximo	1.189	434

Risco operacional

(Não auditado)

Risco operacional é definido como: “O risco de perda resultante de falhas ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou por eventos externos, incluindo risco legal”.

O risco operacional é relevante a cada aspecto do negócio do *HSBC Brasil* e possui uma cobertura abrangente sobre toda a organização. Perdas por fraude, atividades não autorizadas, erros, omissão, ineficiência, falhas nos sistemas ou eventos externos se encaixam na definição de risco operacional.

O objetivo da gestão de risco operacional do *HSBC Brasil* é administrar e controlar o risco operacional de maneira eficiente dentro de níveis aceitáveis, consistentes com seu apetite de risco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional (*Operational Risk Management Framework – ORMF*) define padrões e controles mínimos e a estrutura de governança para a gestão do risco operacional e controles internos seja identificado, avaliado, monitorado e controlado de forma efetiva.

Esta estrutura inclui a adoção do modelo de governança de riscos de três linhas de defesa.

 Risco Legal

(Não auditado)

O *HSBC Brasil*, em conformidade com as políticas e normas do *HSBC*, possui procedimentos para gerir o risco legal e fornecer serviços jurídicos às empresas do grupo. O risco legal se enquadra na definição de risco operacional e inclui o risco contratual, risco de disputa, risco legislativo, risco de obrigações não contratuais e risco de direitos não contratuais.

- Risco contratual é o risco de perda financeira, ação administrativa ou judicial ou dano reputacional decorrentes, de modo geral, de termos contratuais ineficazes ou inadequados com clientes ou com prestadores de serviço e de riscos contratuais fiduciários;
- Risco de disputas é o risco de perda financeira, ação administrativa ou judicial ou dano reputacional decorrentes de um cenário judicial adverso para a resolução de litígios ou do mal gerenciamento de disputas;
- Risco legislativo é o risco de perda financeira, ação administrativa ou judicial ou dano reputacional decorrentes de que uma empresa do *HSBC* falhe em seu dever de identificar, interpretar corretamente e comunicar tempestivamente suas áreas internas acerca de propostas e mudanças legislativas e regulatórias, ou mudanças em precedentes judiciais, que possam impactar uma entidade do Grupo *HSBC*. O risco legislativo também inclui o risco de infrações à legislação concorrencial ou à legislação de proteção de dados pessoais, em que pese a identificação, conhecimento e disseminação interna de tais normas;
- Risco de obrigações não contratuais é o risco de perda financeira, ação administrativa ou judicial ou dano reputacional decorrentes de que uma empresa do *HSBC* infrinja direitos de propriedade intelectual, industrial ou imobiliária de terceiros ou deixe de obedecer deveres legais não contratuais; e
- Risco de direitos não contratuais é o risco de perda financeira, ação administrativa ou judicial ou dano reputacional decorrentes de violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou imobiliária do *HSBC* por terceiros.

O *HSBC Brasil* possui um departamento jurídico para auxiliar a administração no controle do risco legal. Esta área fornece consultoria jurídica às áreas do banco e gerencia reclamações judiciais contra, ou iniciadas por, empresas do grupo *HSBC* no Brasil.

Nossas entidades legais devem notificar imediatamente ao departamento jurídico qualquer litígio que seja iniciado, ou em haja ameaça de ser iniciado, contra o *HSBC Brasil*. Também devem ser imediatamente informados ao departamento jurídico do *HSBC Brasil*, para que sejam adequadamente conduzidos, todos os processos administrativos sancionadores (por qualquer regulador do *HSBC Brasil*) e procedimentos de natureza criminal iniciados contra o *HSBC Brasil* ou seus administradores ou empregados (agindo nessas qualidades).

Adicionalmente, o departamento jurídico submete aos times adequados do Grupo *HSBC* relatórios periódicos detalhando, entre outras situações, ações judiciais atuais ou esperadas com valores relevantes, todas as ações significativas originadas por uma autoridade regulatória, riscos legais significantes, riscos legais emergentes e outros temas materiais que devam ser de conhecimento do Grupo *HSBC*.

 Risco de *Compliance*

(Não auditado)

O risco de *compliance* é o risco decorrente da falta de cumprimento da letra e espírito dos regulamentos relevantes (leis/regras/códigos), internos e externos, e que regem a conduta do *HSBC* nos diversos países e territórios. Regulamentos pertinentes podem incluir aqueles de fora do país ou território, que por causa de seu alcance extraterritorial tem um impacto local. No *HSBC* os riscos de *compliance* incluem: lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, sanções, má venda, conduta inadequada de mercado, violação de dever para com o cliente, corrupção & suborno, e violação de padrões regulatórios. A área de *compliance* dá o suporte e aconselhamento necessários às áreas a fim de garantir que existem políticas e procedimentos adequados implantados, e realiza monitoramentos e revisões periódicas.

Riscos

(Em milhares de reais)

Risco de segurança e fraudes

(Não auditado)

A área de segurança e fraudes é responsável por proteger as pessoas, ativos, operações e informações do *HSBC*. Ela desempenha esta função através de uma série de funções específicas incluindo risco de contingência, de fraude, segurança da informação e segurança física, as quais trabalham em harmonia e em parceria com as áreas de negócio para identificar e mitigar os variados riscos e ameaças para as quais a organização está exposta.

Risco de sistemas

(Não auditado)

Risco de sistemas é o risco de falha ou outra deficiência nas plataformas automatizadas que suportam as execuções diárias do *HSBC* (sistemas) ou na infraestrutura dos sistemas (centros de dados, redes, e computadores distribuídos). O gerenciamento de riscos de sistemas é supervisionado globalmente por *HTS (HSBC Technology and Services)*. O monitoramento é realizado por comitês mensais de gerenciamento de riscos que fornecem uma visão geral dos principais riscos existentes e emergentes.

Risco de Terceiros

(Não auditado)

O gerenciamento inadequado de bens e serviços providos por terceiros pode levar ao não cumprimento dos nossos requerimentos operacionais e de negócio, nos quais podem estar envolvidas violações regulatórias, penalidades civis e monetárias ou danos, tanto para o valor de nossas ações quanto para a imagem/reputação de nossa marca.

Onde o *HSBC* é fortemente dependente em um contrato de fornecimento de terceiros, a avaliação e o gerenciamento dos riscos acima são necessários para garantir o controle e mitigação dos mesmos.

Gerenciamento, mensuração e alocação de capital

(Não auditado)

A abordagem de gerenciamento de capital do *HSBC Brasil* é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

É objetivo do *HSBC Brasil* manter uma base de capital forte, alinhada aos requerimentos mínimos estabelecidos pelo regulador, para suportar o desenvolvimento de seus negócios. No *HSBC Brasil*, o qual é parte integrante do *HSBC*, uma das maiores organizações de serviços financeiros e bancários do mundo, o capital é gerenciado localmente, mas de forma integrada ao processo de gestão de capital do *HSBC* como um todo, com consistência e alinhamento.

A estrutura de gerenciamento de capital, aprovada pela Diretoria executiva do *HSBC Brasil*, incorpora uma série de medidas diferentes de capital e inclui o capital investido e o capital regulatório. Esses são definidos assim:

- capital investido é o capital investido no *HSBC Brasil* pelos acionistas.
- capital regulatório é o capital mínimo que o *HSBC Brasil* deve manter conforme determinado pela regulamentação do *BACEN*.

Os seguintes riscos foram identificados como materiais e são gerenciados por estruturas próprias, nos moldes definidos pela regulamentação vigente: crédito, mercado e operacional.

Testes de estresse foram incorporados à estrutura de gerenciamento de risco e são utilizados como um importante mecanismo para a compreensão da sensibilidade das premissas fundamentais do planejamento de capital para o impacto negativo extremo, mas plausível. O teste de estresse permite à alta Administração formular medidas de gestão, prevendo condições com antecedência para refletir cenários de estresse identificados.

A responsabilidade pela alocação de capital e respectivas decisões pertence à Diretoria executiva. Por meio de sua estrutura de processos e governança interna, o *HSBC Brasil* também mantém uma disciplina sobre suas decisões de investimento e alocação de capital, visando a

garantir que os retornos sobre o investimento sejam adequados, tendo em conta os custos de capital.

O processo de gestão de capital é articulado via um plano anual de capital aprovado pela Diretoria executiva, com o objetivo de manter tanto uma quantidade ideal de capital como uma mistura entre seus diferentes componentes. Este plano pode envolver aumento de capital de nível 1 e/ou emissão de dívida subordinada, e estas ações são efetuadas de acordo com as políticas e diretrizes do *HSBC* relacionadas ao mercado e à concentração de investidores, aos custos, às condições de mercado e aos efeitos no perfil de composição e maturidade. O capital é gerenciado para suportar o crescimento planejado dos negócios e cumprir com os requerimentos regulatórios no âmbito do plano anual de capital aprovado pelo *HSBC Brasil*.

Alocação e mensuração de capital

Visando a adequação dos requerimentos de *Basiléia III*, o *BACEN* publicou em 2013 as Resoluções nº 4.192/13, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência, a 4.193/13, que trata dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, de Nível I, Capital Principal e Adicionais de Capital Principal, e a 4.280/13 que dispõe sobre a elaboração, divulgação e remessa do Conglomerado Prudencial. Esses normativos, e alterações posteriores, tinham por objetivo adequar os métodos padronizados para apuração dos requerimentos mínimos de *PR* para risco de crédito, mercado e operacional aos padrões internacionais, revogando em definitivo as regras que estavam vigentes desde Julho de 2008.

Para a abordagem avançada, ou seja, baseadas em modelos internos, as respectivas regras para candidatura também sofreram alterações pelo regulador e estão definidas nas Circulares nº 3.646/13, 3.647/13 e 3.648/13 (para risco de mercado, risco operacional e risco de crédito, respectivamente) em vigor desde 1º de Outubro de 2013. Não obstante, normas complementares foram editadas pelo *BACEN*, promovendo alterações nos dispositivos destas normas por meio de diversas Circulares posteriores.

Outra mudança relevante no arcabouço regulatório foi a publicação da Resolução nº 4.553/17, a qual estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação da regulação prudencial. De acordo com os critérios de segmentação do normativo, o *HSBC Brasil* enquadrou-se no segmento S4 em 2017.

O *HSBC Brasil* mantém uma base de capital cuidadosamente gerenciada para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital social da entidade é monitorada, dentre outras formas, por meio de regras estabelecidas pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, adotadas pelo *BACEN*. Durante 2017, o *HSBC Brasil* cumpriu rigorosamente todas as exigências de capital impostas externamente.

Capital regulatório

(Não auditado)

O capital regulatório, conforme estabelecido pelo *BACEN*, está dividido em dois níveis:

- Capital nível 1 consiste no somatório do Capital Principal (ações e lucros retidos) e do Capital Complementar (instrumentos híbridos de capital e dívida)
- Capital nível 2, que inclui os instrumentos híbridos de capital e dívida (títulos subordinados de dívida de longo prazo).

O *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento*, instituição financeira integrante do consolidado *HSBC Brasil*, apura o seu *PR* (somatório dos níveis 1 e 2 de capital) de forma individual, utilizando-se dos critérios do plano contábil das instituições do *COSIF*.

A *Basileia II* tem como principal característica a introdução do conceito e importância de se utilizarem as melhores práticas de gestão dos riscos nas organizações, com a recomendação de um arcabouço formado de processos, estruturas e metodologias necessárias à gestão efetiva no dia a dia dos riscos ao qual uma organização está sujeita. Esse acordo baseia-se em uma estrutura conhecida como “os três pilares”:

- o primeiro pilar (pilar I) propõe melhorias e aperfeiçoamentos nas regras para

mensuração dos riscos, permitindo a utilização de modelos internos para apurá-los. Isso melhora a mensuração da exposição aos riscos, além da introdução da exigência de capital para cobertura do risco operacional.

- o segundo pilar (pilar II) estabelece os princípios de supervisão bancária, os critérios para o tratamento dos riscos não cobertos pelo pilar I e definições e procedimentos de gerenciamento por parte da administração.
- o terceiro pilar (pilar III) visa a garantir a introdução de exigências de divulgação para os bancos. As autoridades de supervisão têm um grande número de mensurações que podem usar para exigir que os bancos façam cumprir com essas divulgações. Estas são consideradas critérios de qualificação para o uso de metodologias em particular ou para o reconhecimento de transações e instrumentos em particular.

Em resposta à crise financeira de 2007-2008, o Comitê de Basileia publicou em Junho de 2011 o conjunto de recomendações conhecido como “Basileia III”, que tinha por objetivo:

- melhorar a qualidade do capital regulatório com foco no capital de Nível I;
- reduzir pró-ciclicidade com a introdução de *capital buffers*;
- suplementar os requerimentos de capital com um índice de alavancagem;
- aumentar a cobertura de riscos através da revisão dos requerimentos para risco de mercado, risco de contraparte e securitizações.

Risco de crédito

A *Basileia II* oferece três abordagens de sofisticação crescente para o cálculo das exigências de capital de risco de crédito do pilar I. A mais básica, a abordagem padronizada, exige que bancos agrupem as contrapartes em categorias mais amplas e aplica classificações de risco padronizadas a essas categorias.

As outras duas abordagens compreendem o cálculo de capital utilizando-se métodos de classificação interna baseados em modelos de risco. A abordagem básica (*IRB-F*) permite que

Capital

(Em milhares de reais)

bancos calculem suas exigências de capital de risco de crédito baseadas na sua avaliação interna da probabilidade de inadimplemento – *PD*, mas sujeita suas estimativas de exposição devido ao inadimplemento – *EAD* e perda devido ao inadimplemento – *LGD* aos parâmetros padrões definidos pelo regulador local. Finalmente, a abordagem avançada (*IRB-A*) permite que bancos usem sua própria avaliação interna para determinar *PD* e quantificar *EAD* e *LGD*.

O *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento* utiliza atualmente a abordagem padronizada para determinar suas exigências de capital de risco de crédito, segundo os procedimentos estabelecidos pela circular nº 3.644/13, do BACEN e regulamentações posteriores.

Risco de mercado

O risco de mercado é medido de forma consolidada, de acordo com os procedimentos determinados pelo BACEN para o cálculo da parcela do *PR* exigido com base em critérios consistentes e passíveis de verificação.

A regulamentação atual permite a adoção de duas metodologias: a abordagem padronizada e a abordagem baseada em modelos internos (avançada).

O *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento* adotou a abordagem padronizada para determinar suas exigências de capital de risco de mercado.

Risco operacional

O BACEN, por meio da circular nº 3.640/13, estabeleceu três abordagens para o cálculo do risco operacional. O capital exigido dentro da abordagem do indicador básico é um simples percentual sobre o indicador de exposição das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas com intermediação financeira. O capital exigido dentro da abordagem padronizada alternativa apresenta o indicador de exposição adicionado ao indicador alternativo de exposição, ponderados e alocados para cada uma das oito linhas definidas de negócio. Finalmente, o capital exigido dentro da abordagem alternativa simplificada utiliza percentuais distintos para cada indicador de exposição.

O *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento* adota a abordagem do indicador básico para

determinar suas exigências de capital de risco operacional.

Capital

(Em milhares de reais)

Capital regulatório

(Não auditado)

	2017 ¹	2016
Capital Principal, onde:	1.040.535	1.053.529
Capital Social	919.248	919.248
Lucros ou Prejuízos acumulados (no ano) ²	50.241	62.369
Outras Reservas	71.046	71.912
Ajustes Prudenciais ³ , onde:	(197)	(197)
Ativos Intangíveis	(246)	(328)
Total Nível I	1.040.338	1.053.332
Patrimônio de Referência⁴	1.040.338	1.053.332
Ativos Ponderados pelo Risco	1.309.548	661.471
Risco de Crédito	317.472	138.910
Risco de Mercado	586.082	213.303
Risco Operacional	405.994	309.258
% Capital Principal	79,4%	159,2%
% Nível I	79,4%	159,2%
% Índice de Basileia ⁵	79,4%	159,2%

¹ Com base na demonstração financeira da empresa HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento, o qual é elaborada em BR GAAP.

² Resultado anual líquido da distribuição de juros sobre capital próprio.

³ As deduções de Capital referentes aos Ajustes Prudenciais tiveram seu fator alterado 60% em 2016 para 80% em 2017.

⁴ A resolução nº 4.192/13 do Banco Central do Brasil, define o Patrimônio de Referência como o somatório dos níveis 1 e 2. O HSBC Banco de Investimento, porém, possui somente capital de Nível I em 2017 e 2016.

⁵ O percentual mínimo estabelecido/requerido pelo BACEN para 2017 é de 9,25%.

Para maiores informações sobre o capital regulatório do HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento, vide o Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital disponível em www.hsbc.com.br

Demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*

(Em milhares de reais)

Conteúdo

32	Demonstração financeira consolidada	64	15 Ativos intangíveis
33	Aprovação da demonstração financeira consolidada	65	16 Ativo imobilizado
34	Relatório dos Auditores Independentes	65	17 Investimentos em subsidiárias
37	Demonstração consolidada do resultado	66	18 Despesas antecipadas e outros valores a receber
38	Demonstração consolidada do resultado abrangente	66	19 Outros ativos
39	Balanço patrimonial consolidado	66	20 Outros passivos
40	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	66	21 Receita antecipada e outras obrigações
41	Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	66	22 Provisões
	Notas explicativas à demonstração financeira consolidada	67	23 Análise do vencimento de ativos e passivos financeiros
		71	24 Ativos oferecidos em garantia e garantias recebidas
43	1 Contexto operacional	71	25 Patrimônio Líquido
44	2 Bases de preparação e políticas contábeis significativas	72	26 Informações adicionais à demonstração dos fluxos de caixa
52	3 Operações de compras com compromissos de revenda	72	27 Transações com partes relacionadas
52	4 Receita de tarifas e comissões	74	28 Transição para o <i>IFRS</i>
52	5 Remuneração e benefícios a empregados	74	28.1 Reconciliações das diferenças entre o <i>BR GAAP</i> e o <i>IFRS</i>
53	6 Pagamentos baseados em ações		
53	7 Dividendos e juros sobre o capital próprio	75	28.2 Sumário das principais diferenças entre o <i>BR GAAP</i> e o <i>IFRS</i>
54	8 Impostos sobre o lucro		
55	9 Análise por segmentos		
57	10 Análise de ativos e passivos financeiros por base de mensuração		
58	11 Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo		
62	12 Valor justo dos instrumentos financeiros não contabilizados ao valor justo		
63	13 Instrumentos financeiros derivativos		
64	14 Investimentos financeiros		

**Demonstração financeira consolidada
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*

(Em milhares de reais)

Aprovação da demonstração financeira consolidada

O Comitê de Auditoria revisou a demonstração financeira consolidada de 31 de dezembro de 2017 do *HSBC Brasil*, preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*, em 27 de Março de 2018, conferindo-a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

Com base no exposto, o Comitê Executivo aprovou essa demonstração financeira.

**Demonstração financeira consolidada
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*

(Em milhares de reais)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
HSBC Brasil Holding S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da HSBC Brasil Holding S.A. ("Instituição") e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HSBC Brasil Holding S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*
(Em milhares de reais)

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

**Demonstração financeira consolidada
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*

(Em milhares de reais)

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 29 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

Demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	2017	2016
Receita de juros		148.959	204.234
Despesa de juros		(1.538)	(764)
Receita líquida de juros		147.421	203.470
Receita de tarifas e comissões	4	42.938	13.294
Despesa de tarifas e comissões		(1.158)	(293)
Receita líquida de tarifas e comissões		41.780	13.001
Receita líquida de juros das atividades de negociação		43.228	5.882
Lucro líquido de negociação		43.228	5.882
Outras receitas operacionais		7.602	18.803
Receitas operacionais		240.031	241.156
Receita líquida operacional		240.031	241.156
Remuneração e benefícios a empregados	5	(72.636)	(62.592)
Despesas gerais administrativas		(34.839)	(30.979)
Amortização de ativos intangíveis	15	(82)	(83)
Depreciação do imobilizado	16	(1.841)	(1.469)
Despesas operacionais		(109.398)	(95.123)
Lucro operacional		130.633	146.033
Lucro antes dos impostos		130.633	146.033
Impostos sobre o lucro	8	(40.122)	(53.801)
Lucro líquido do exercício		90.511	92.232
Lucro atribuível aos acionistas da empresa controladora		90.511	92.232
Lucro atribuível a participação de não-controladores		-	-

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

**Demonstração financeira consolidada
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*

(Em milhares de reais)

Demonstração consolidada do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de Dezembro

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	90.511	92.232
Itens que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando alcançadas condições específicas		
Investimentos financeiros disponíveis para venda	6.289	49.213
Valor justo	11.436	89.479
Imposto de renda	(5.147)	(40.266)
Total de outros resultados abrangentes, líquida de impostos	6.289	49.213
Resultado abrangente do exercício	96.800	141.445
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:		
Acionistas da empresa controladora	96.800	141.445
Participação de não controladores	-	-
Resultado abrangente do exercício	96.800	141.445

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

Demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Balanco patrimonial consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	Em 31 de Dezembro de 2017	Em 31 de Dezembro de 2016	Em 1º de Janeiro de 2016
Ativos				
Operações de compra com compromissos de revenda	3	3.731	244.624	-
Instrumentos financeiros derivativos	13	29.579	26.229	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos		20.673	9.443	78.707
Empréstimos e adiantamentos a clientes		50.000	-	-
Investimentos financeiros	14	930.917	801.229	719.847
Outros ativos	19	15.638	12.496	14.882
Ativos fiscais correntes		5.410	8.168	3.550
Despesas antecipadas e outros valores a receber	18	197.014	106.658	16.239
Ativos intangíveis	15	246	328	100
Ativo imobilizado	16	10.264	11.222	38
Ativos fiscais diferidos	8	13	8	6.576
Total de ativos		1.263.485	1.220.405	839.939
Passivos e patrimônio líquido				
Passivos				
Depósitos de clientes		-	2.697	-
Instrumentos financeiros derivativos	13	91.436	5.782	-
Outros passivos	20	25.833	30.134	6.725
Passivos fiscais correntes		22.736	56.155	15.805
Passivos fiscais diferidos	8	33.091	21.244	1.136
Provisões	22	6.691	6.728	6.327
Outras obrigações	21	29.288	29.289	0
Total de passivos		209.075	152.029	29.993
Patrimônio líquido				
	25			
Capital social		946.510	946.510	800.001
Reserva de lucros		57.298	77.553	14.730
Outras reservas		50.602	44.313	(4.900)
Total do patrimônio dos acionistas		1.054.410	1.068.376	809.831
Participação de não-controladores		-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.054.410	1.068.376	809.831
Total de passivos e patrimônio líquido		1.263.485	1.220.405	839.824

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

Demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro

Notas	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	90.511	92.232
Ajustes ao lucro líquido:		
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	6.693	(12.248)
Depreciação e amortização do imobilizado de uso	1.923	1.552
Provisão para passivos contingentes	(37)	468
Lucro líquido do exercício ajustado	99.090	82.004
Varição de ativos e passivos:		
(Aumento) Diminuição em instrumentos financeiros derivativos	82.304	(20.447)
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a bancos	(5.277)	(2.987)
(Aumento) Diminuição em investimentos financeiros	23.500	(32.169)
(Aumento) em outros ativos	(3.142)	2.386
(Aumento) Diminuição em ativos fiscais correntes e diferidos	(3.940)	14.198
(Aumento) em despesas antecipadas e outros valores a receber	(37.287)	(90.435)
Aumento (Diminuição) em depósitos de clientes	(2.697)	2.697
Aumento (Diminuição) em outros passivos	(4.301)	23.412
Aumento (Diminuição) em passivos fiscais correntes e diferidos	(21.572)	60.458
Aumento (Diminuição) em receita antecipada e outras obrigações	(1)	29.107
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais	126.677	68.224
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado de uso Intangível	(883)	(12.653)
	-	(311)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(883)	(12.964)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Integralização/aumento de capital	-	667.866
Redução de capital	-	(521.357)
Juros sobre capital próprio	(110.766)	(29.412)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(110.766)	117.097
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	15.028	172.357
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Início do exercício	26	251.080
Fim do exercício/semestre	26	266.108
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	15.028	172.357

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

**Demonstração financeira consolidada
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de Dezembro

	2017					
	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva de ajuste ao valor justo de instrumentos disponíveis para venda	Total de patrimônio líquido dos acionistas	Participação de não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro	946.510	77.553	44.313	1.068.376	-	1.068.376
Lucro líquido do exercício	-	90.511	-	90.511	-	90.511
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	6.289	6.289	-	6.289
Investimento financeiro disponível para venda	-	-	6.289	6.289	-	6.289
Resultado abrangente do exercício	-	90.511	6.289	96.800	-	96.800
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(110.766)	-	(110.766)	-	(110.766)
Em 31 de dezembro	946.510	57.298	50.602	1.054.410	-	1.054.410

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

**Demonstração financeira consolidada
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

	2016					
	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva de ajuste ao valor justo de instrumentos disponíveis para venda	Total de patrimônio líquido dos acionistas	Participação de não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro	800.001	14.730	(4.900)	809.831	-	809.831
Lucro líquido do exercício	-	92.232	-	92.232	-	92.232
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	49.213	49.213	-	49.213
Investimento financeiro disponível para venda	-	-	49.213	49.213	-	49.213
<i>Resultado abrangente</i> do exercício	-	92.232	49.213	141.445	-	141.445
Aumento de capital	667.866	-	-	667.866	-	667.866
(Redução) de capital	(521.357)	-	-	(521.357)	-	(521.357)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(29.412)	-	(29.412)	-	(29.412)
Baixa de dividendos prescritos	-	3	-	3	-	3
Em 31 de dezembro	946.510	77.553	44.313	1.068.376	-	1.068.376

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O *HSBC Brasil* é um consolidado composto de duas entidades: o *HSBC Brasil Holding S.A* (“Holding”) e o *HSBC Brasil S.A. - Banco de investimento* (“Banco de Investimento”).

O *HSBC Brasil Holding S.A* é uma subsidiária direta da *HSBC Latin America Holdings (UK) Limited* e indireta da *HSBC Holding plc*, com sede no Reino Unido. A Holding tem como objeto social a participação, sob qualquer forma, em instituições financeiras. Sua controlada, *HSBC Brasil S.A. - Banco de investimento*, é autorizada a operar com a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito, ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco de Investimento, inclusive, mas não limitando a operações de câmbio, administração de carteira de valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco de Investimento poderá participar de quaisquer outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

2 Bases de preparação e políticas contábeis significativas

2.1 Bases de preparação

(a) Conformidade com o IFRS

Conforme plano de convergência contábil estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado nº 14.259, de 10 de Março de 2006, da Resolução nº 3.786, de 24 de Setembro de 2009 e da Circular nº 3.472, de 23 de Outubro de 2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que estejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem elaborar e divulgar anualmente demonstração financeira consolidada adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pelo IASC Foundation.

Esta demonstração financeira representa a primeira adoção ao IFRS da nova estrutura do HSBC Brasil (HSBC Brasil Holding S.A. e sua controlada HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento), sendo considerado como data de adoção inicial 1º. de janeiro de 2016 (balanço de abertura).

As informações da demonstração financeira foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo IASB, assim como as interpretações emitidas pelo IFRIC.

(b) Normas adotadas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Não houve novas normas adotadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(c) Futuras mudanças nas normas contábeis

Alterações secundárias do IFRS

O IASB publicou algumas alterações secundárias do IFRS através do documento “Melhorias Anuais do IFRS 2014-2016” e uma série de alterações que entraram em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2018. O HSBC Brasil espera que essas alterações quando adotadas, não tenham efeitos significativos na sua demonstração financeira.

O HSBC Brasil não adotou antecipadamente essas alterações do IFRS em 31 de dezembro de 2017.

Principais novos IFRS

O IASB publicou o IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 15 “Receita de Contratos com Clientes”, IFRS 16 “Operações de Arrendamento Mercantil” e IFRS 17 “Contratos de seguro”.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em Julho de 2014, o IASB publicou o IFRS 9 – Instrumentos financeiros, normativa contábil que substituiu o IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e inclui requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*) e *hedge accounting*.

Classificação e mensuração

A classificação e mensuração de instrumentos financeiros dependerá de como os ativos financeiros são gerenciados (modelos de negócios da entidade) e das características contratuais dos fluxos de caixa. Esses fatores determinam como os ativos financeiros são mensurados a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR).

Baseado em uma avaliação dos ativos financeiros até a presente data, o HSBC Brasil espera que o impacto global na classificação e mensuração não seja significativo.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os requisitos de *impairment* aplicam-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e VJORA, recebíveis de arrendamento mercantil e certos compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira.

No reconhecimento inicial, é requerida uma provisão para as perdas de crédito esperadas ('ECL') resultantes de eventos de *default* que são possíveis de ocorrer dentro dos próximos 12 meses ('ECL 12 meses'). No caso de um aumento significativo no risco de crédito, é requerido provisão para perdas de crédito esperadas resultante de todos os possíveis eventos de *default* durante a vida esperada do instrumento financeiro ("ECL para vida útil"). Ativos financeiros onde a ECL de 12 meses é reconhecida são classificados no "estágio 1"; ativos financeiros que tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito são classificados no "estágio 2"; e ativos financeiros para os quais haja evidência objetiva de *impairment*, e por isso são considerados como *default*, são classificados no "estágio 3".

É requerido que a avaliação do risco de crédito e a estimativa de ECL seja imparcial e ponderada pela probabilidade, devendo incorporar todas as informações disponíveis relevantes para a avaliação, incluindo informações sobre eventos passados, condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas na data-base. Além disso, a estimativa de ECL deve levar em consideração o valor do dinheiro no tempo. Como resultado, o reconhecimento e a mensuração de *impairment* será mais prospectiva ("forward-looking") quando comparada ao IAS 39.

Hedge accounting

Os requisitos gerais de *hedge accounting* visam simplificar a contabilidade de *hedge*, criando um vínculo mais forte com a estratégia de gestão de risco e permite que a contabilidade de *hedge* seja aplicada a uma maior variedade de instrumentos de *hedge* e riscos. No entanto, a IFRS 9 não aborda explicitamente as estratégias de contabilidade de *macro hedge* que são particularmente importantes para os bancos.

O HSBC Brasil não possui contabilidade de *hedge* em seu balanço em 2017 e 2016.

Impacto de transição

Os requerimentos do IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" serão adotados pelo HSBC Brasil a partir de 1º de janeiro de 2018. Os requisitos de classificação e mensuração e *impairment* serão aplicados retrospectivamente ajustando o balanço de abertura na data de adoção inicial (1º de janeiro de 2018), sem necessidade de reapresentação de períodos comparativos. Baseado em uma avaliação dos ativos financeiros até a presente data, o HSBC Brasil espera que o impacto global na classificação e mensuração e *impairment* não seja significativo.

IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

Em maio de 2014, o IASB emitiu o IFRS 15 "Receita de contratos com clientes" que é efetivo a partir de 1º de janeiro de 2018. O IFRS 15 fornece uma abordagem baseada em princípios para o reconhecimento de receita e introduz o conceito de reconhecimento de receita para obrigações de desempenho, assim que satisfeitas. O HSBC Brasil adotará o normativo na data de vigência obrigatória e o mesmo será aplicado de forma retrospectiva, reconhecendo o efeito cumulativo, se houver, em lucros acumulados. O HSBC Brasil avaliou o impacto do IFRS 15 e espera que o impacto global não seja significativo.

IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Operações de Arrendamento Mercantil" que é efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019. O IFRS 16 resulta em os arrendatários contabilizarem a maioria dos arrendamentos dentro do escopo do normativo de uma maneira semelhante à forma como os arrendamentos financeiros são atualmente contabilizados de acordo com o IAS 17. Os arrendatários reconhecerão um ativo de direito de uso e um correspondente passivo financeiro no balanço patrimonial. O ativo será amortizado ao longo do prazo do arrendamento e o passivo financeiro mensurado ao custo

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

amortizado. A contabilização do arrendador permanece substancialmente a mesma que o IAS 17. O *HSBC Brasil* está atualmente avaliando o impacto da sua adoção.

(d) Moedas estrangeiras

Os itens incluídos na demonstração financeira consolidada do *HSBC Brasil* são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual o *HSBC Brasil* opera (moeda funcional). A demonstração financeira consolidada da instituição está apresentada em Reais.

Transações em moeda estrangeira são registradas pela taxa de câmbio correspondente a data da transação. Ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço, com exceção de ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo custo histórico e são convertidos pela taxa de câmbio da data inicial da transação.

Variações cambiais são registradas em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício dependendo de onde os ganhos e perdas do item subjacente é reconhecido.

(e) Apresentação das informações

Algumas divulgações requeridas pelo IFRS foram incluídas nas seções auditadas do Relatório da Administração sendo:

- Divulgações relativas à natureza e extensão de riscos, estão incluídas no Relatório da Administração na seção “Riscos”.
- Divulgações de capital, estão incluídas no Relatório da Administração na seção “Capital”.

(f) Uso de estimativas e premissas

A preparação de uma demonstração financeira envolve o uso de estimativas e premissas sobre condições futuras. Tendo em vista as incertezas inerentes e do elevado nível de subjetividade que envolve o reconhecimento e mensuração dos itens destacados como estimativas críticas contábeis e premissas demonstrados na seção 2.2 (abaixo), é possível que os resultados do exercício seguinte possam ser diferentes daqueles em que se baseiam as estimativas da administração, resultando em conclusões materialmente diferentes daquela alcançada pela Administração na demonstração financeira. A seleção de gestão das políticas contábeis do *HSBC Brasil*, que contém estimativas críticas e julgamentos refletem a materialidade aos quais as políticas são aplicadas e o alto grau de julgamento e incerteza de estimativa envolvidos.

(g) Análise de segmentos

A mensuração dos ativos, passivos, receitas e despesas por segmento de negócio está de acordo com as políticas contábeis do Grupo *HSBC*. As receitas e despesas por segmento incluem transferências entre segmentos, e essas transferências são conduzidas ao longo do tempo. Serviços compartilhados e custos são incluídos em segmentos com base nos segmentos que efetivamente incorreram.

(h) Princípio da continuidade (“*Going concern*”)

A demonstração financeira é elaborada com o princípio da continuidade, uma vez que a Administração está convencida de que *HSBC Brasil* dispõe de recursos para continuar atuando em um horizonte de tempo previsível. Ao fazer essa avaliação, a Administração considera uma ampla gama de informações relativas a condições presentes e futuras, incluindo futuras projeções de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

2.2 Sumário das principais políticas contábeis

(a) Consolidação

Investimentos em subsidiárias

Quando uma entidade é governada por direitos de voto, o *HSBC Brasil* a consolida quando detém direta ou indiretamente, os direitos de voto necessários para aprovar a governança da entidade. Em todos os outros casos, a avaliação do controle é mais complexa e requer julgamento de outros fatores, incluindo a exposição aos retornos variáveis, o poder de direcionar as atividades relevantes e se o poder é realizado como agente ou principal.

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O valor da participação dos não controladores é mensurada pelo valor justo ou pela participação proporcional dos não controladores dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Esta escolha é feita para cada combinação de negócios.

O investimento do *HSBC Holding Brasil S.A.* em sua controlada *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento* é mensurado ao custo menos perdas por redução ao valor recuperável.

(b) Receitas e despesas

Receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros de instrumentos financeiros, exceto aqueles classificados como mantidos para negociação, são reconhecidas no resultado em “Receita de juros” e “Despesa de juros”, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo do prazo esperado do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, em relação ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

A receita de juros de um ativo financeiro que tenha seu valor reduzido como resultado de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida utilizando-se a mesma taxa de juros aplicável ao cálculo da mensuração dessa perda.

Outras receitas operacionais, exceto a receita de juros

Receita de tarifas e comissões é originada a partir dos serviços prestados pelo *HSBC*. As receitas de tarifas são contabilizadas conforme segue:

- tarifas recebidas na execução de um ato significativo são reconhecidas quando o ato significativo tiver sido concluído;
- tarifas recebidas pela prestação de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados; e
- tarifas que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um instrumento financeiro são reconhecidas como um ajuste da taxa efetiva de juros ao longo da vigência da operação em “Receitas de juros”.

Lucro líquido de negociação compreende os ganhos e perdas relacionados às variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, juntamente com as receitas e despesas de juros e dividendos relacionados.

Receita de dividendos é reconhecida quando o direito de o acionista receber o respectivo valor é estabelecido.

(c) Precificação dos instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data de mensuração. O valor justo de um instrumento financeiro no

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação (ou seja, o valor justo da consideração dada ou recebida). No entanto, se houver diferença entre o preço da transação e o valor justo dos instrumentos financeiros cujo valor justo se baseie em um preço cotado em um mercado ativo ou técnica de avaliação que use apenas dados de mercados observáveis, o *HSBC Brasil* reconhece a diferença como ganho ou perda de negociação no início da operação ("*day 1 gain or loss*"). Em todos os outros casos, o "*day 1 gain or loss*" é diferido e reconhecido no resultado ao longo da vida da transação (até o seu vencimento ou liquidação), ou quando a avaliação dos inputs se tornam observáveis ou o *HSBC Brasil* entra em uma transação de compensação ("*offsetting*"). O valor justo dos instrumentos financeiros é geralmente mensurado individualmente. No entanto, nos casos em que o *HSBC Brasil* administra um grupo de ativos e passivos financeiros de acordo com sua exposição líquida de mercado ou risco de crédito, o valor justo do grupo de instrumentos financeiros é mensurado em uma base líquida, mas os ativos e passivos financeiros subjacentes são apresentados separadamente na demonstração financeira, a menos que satisfaçam os critérios de compensação ("*offsetting*") do IAS 32.

(d) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. O valor contábil desses ativos financeiros no reconhecimento inicial inclui quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

(e) Instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data de negociação quando o *HSBC Brasil* adquire o título e normalmente são baixados quando são vendidos ou resgatados. Eles são subsequentemente mensurados pelo valor justo e as variações do valor de mercado são reconhecidas em outros resultados abrangentes até que os ativos sejam vendidos ou tenham sofrido imparidade. Quando os ativos financeiros disponíveis para venda são vendidos, os ganhos ou perdas acumuladas, reconhecidos anteriormente no resultado abrangente, são transferidos para o resultado em "Ganhos/(perdas) com investimentos financeiros".

Impairment de ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados a cada data do balanço para evidência objetiva de *impairment*. Não foram identificadas evidências de *impairment* para os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Instrumentos de dívida disponíveis para venda

Ao avaliar a evidência objetiva de *impairment* na data do relatório, o *HSBC* considera todas as evidências disponíveis, incluindo dados observáveis ou informações sobre eventos especificamente relacionados aos títulos que podem resultar em uma queda na recuperação de fluxos de caixa futuros.

Um declínio subsequente no valor justo do instrumento é reconhecido no resultado quando há evidência objetiva de *impairment* como resultado das reduções nos fluxos de caixa futuros estimados. Quando não há mais evidências objetivas de *impairment*, o declínio do valor justo do ativo financeiro é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Se o valor justo de um título de dívida aumentar em um período subsequente e o aumento pode ser objetivamente relacionado a um evento que ocorre após a perda por *impairment* ser reconhecido no resultado, ou o instrumento já não possui *impairment*, a perda por redução ao valor recuperável é revertida através do resultado.

Derivativos

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam o seu valor a partir do preço de itens subjacentes, tais como ações, títulos de dívida, taxas de juros, taxas de câmbio, mercadorias e índices. Os derivativos

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

são reconhecidos inicialmente e são posteriormente mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo geralmente registrado no resultado. Os derivativos são classificados como ativo quando o valor justo é positivo, ou como passivo quando o valor justo é negativo, que inclui derivativos embutidos nos quais são bifurcados do contrato principal quando atendem a definição de derivativo separado e é requerido pelo IFRS a ser contabilizado separadamente do contrato principal.

Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo de derivativos que não são elegíveis para *hedge accounting* são reportados em “Receita líquida de juros das atividades de negociação”.

(f) Remuneração e benefícios a empregados

Pagamentos para planos de contribuição definida são registrados como despesa no período de competência de acordo com a continuidade da prestação de serviços dos colaboradores.

Pagamento baseado em ações

O *HSBC Brasil* dispõe do pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro como forma de remuneração de serviços prestados por empregados.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos assumidos são medidos pelo valor justo do passivo, e reconhecidos como os empregados prestam serviço. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

O valor justo dos prêmios liquidados em dinheiro ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da *HSBC Holdings*, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido imediatamente. O montante envolvido seria de outra forma reconhecido por serviços prestados durante o período de carência.

(g) Impostos

Impostos sobre o lucro compreendem o IR e a CSLL (corrente e diferido), os quais são reconhecidos no resultado. Os tributos relativos a períodos correntes e anteriores deverão, na medida em que não sejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor pago com relação aos períodos atual e anterior exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso será reconhecido como um ativo.

O IR e a CSLL são geralmente aplicados sobre a mesma base de cálculo, exceto para as operações de arrendamento mercantil, a qual corresponde ao lucro antes dos impostos, ajustado de acordo com as normas expedidas pela autoridade fiscal brasileira. A alíquota de IR é de 25% para todas as entidades, e a alíquota de CSLL é de 15% para as entidades financeiras e 9% para as entidades não financeiras.

Os juros remuneratórios sobre o capital próprio são dedutíveis da base de cálculo limitados a 50% do maior entre os seguintes valores: (i) lucro líquido após a dedução da CSLL e antes da dedução da provisão para IR e dos juros remuneratórios ou (ii) o saldo de lucros acumulados e reservas de lucros de períodos de apuração anteriores.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada. Impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que haverá lucro tributável para futuras compensações.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e esta permitir a liquidação dos saldos em uma base líquida.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Impostos diferidos relativos à reavaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda são reconhecidos no resultado abrangente e posteriormente transferidos para o resultado, quando os ganhos ou perdas de valor justo forem também reconhecidos.

Estimativas críticas contábeis e premissas

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada.

O reconhecimento do ativo fiscal diferido depende do julgamento da Administração quanto à probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros. O julgamento da Administração leva em consideração o impacto de evidências tanto positivas quanto negativas, incluindo o histórico de *performance* financeira, projeções de crescimento dos negócios, ajuste das diferenças temporárias, atualização e realização dos passivos contingentes, projeções de lucros tributáveis, planejamentos tributários em curso e outros.

A previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para os anos subsequentes está suportada por estudo técnico aprovado pela Administração, o qual está em conformidade com o disposto nas Resoluções nº 3.059/02 e nº 3.355/06 do CMN. As projeções da Administração indicam atualmente que os prejuízos fiscais serão compensados e outras diferenças temporárias serão recuperadas nos próximos 5 a 8 anos.

(h) Provisões e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Estimativas críticas contábeis e premissas

Julgamento é exercido para determinar se uma obrigação existe e para estimar a probabilidade, prazo e valor de qualquer fluxo de saída de recursos.

Advogados especializados realizam a avaliação dos litígios. Provisões para causas legais e questões regulatórias normalmente requerem um maior grau de julgamento do que outros tipos de provisões. Quando os processos estão em um estágio inicial, julgamentos para fins contábeis podem se tornar difíceis por conta do alto grau de incerteza associado na determinação da existência de uma obrigação presente como resultado de acontecimentos passados, na estimativa da probabilidade dos fluxos de saída de recursos e nas estimativas de valor dos fluxos de saídas de recursos que podem ocorrer. Com o progresso das ações através dos vários estágios legais, a Administração, juntamente com advogados especializados, avalia de forma contínua o reconhecimento das provisões e respectivos valores estimados, revisando julgamentos e estimativas prévias quando aplicável. Em estágios mais avançados, é normalmente possível fazer julgamentos e estimativas acerca de um grupo mais definido de resultados possíveis, contudo tais julgamentos podem ser muito difíceis e o valor de cada provisão pode ser muito sensível às premissas sendo usadas. Pode existir uma grande quantidade de resultados possíveis para qualquer ação em curso. Como resultado, é normalmente não praticável quantificar um grupo de possíveis resultados para ações individuais. Também não é praticável quantificar uma gama de resultados possíveis de forma agregada para esses tipos de provisões por causa da natureza e circunstâncias diversas das ações e a grande quantidade de incertezas envolvidas.

O *HSBC Brasil* é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais.

Passivos contingentes

Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

(i) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis incluem *softwares*. Os ativos intangíveis estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável, sempre que mudanças nas circunstâncias ou eventos possam indicar que o valor contábil não pode ser recuperado.

Ativos intangíveis que possuem vida útil definida são apresentados pelo custo menos amortizações e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, e são amortizados durante a vida útil estimada. Vida útil estimada é a menor entre o prazo legalmente estabelecido e a expectativa de vida útil. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados geralmente de forma linear, conforme prazos abaixo:

- *softwares*: cinco anos.

Estimativas críticas contábeis e premissas

O teste de redução ao valor recuperável de intangíveis é realizado para um contrato de exclusividade com software, que é testado ao nível de unidade geradora de caixa ('UGC'). Isso decorre do fato de que software não gera entradas de fluxo de caixa que são em sua maioria independentes de outros ativos e portanto é agrupado para fins do teste em global businesses, os quais são considerados pelo *HSBC Brasil* como as unidades geradoras de caixa.

A avaliação de recuperabilidade dos intangíveis reflete a melhor estimativa da Administração com relação aos fluxos de caixa futuros do ativo individual (ou UGCs) e as taxas utilizadas para descontar esses fluxos de caixa, sendo que ambos estão sujeitos a fatores de incerteza, tais como:

- os fluxos de caixa futuros de ativos individuais (ou UGCs) são sensíveis aos fluxos de caixa projetados para os períodos nos quais projeções detalhadas estão disponíveis e também às premissas com relação ao padrão de longo prazo de fluxos de caixa posteriores que são considerados sustentáveis. Projeções são comparadas ao desempenho real e a dados econômicos verificáveis, mas elas necessariamente refletem a visão da Administração sobre expectativas futuras de negócios na data de sua avaliação; e
- as taxas utilizadas para descontar fluxos de caixa futuros esperados são baseadas no custo de capital atribuído a cada UGC individual e as taxas podem ter um efeito significativo na sua valorização. O percentual do custo de capital geralmente é derivado de um modelo de Capital Asset Pricing, o qual incorpora inputs que refletem um número de variáveis econômicas e financeiras, incluindo a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco do negócio sendo avaliado. Essas variáveis estão sujeitas a flutuações em taxas externas de mercado e condições econômicas fora de nosso controle e são conseqüentemente sujeitas a incertezas e requerem o exercício de julgamento significativo.

Uma queda nos fluxos de caixa esperados de um ativo individual ou UGC e/ou um aumento na sua taxa de desconto reduz o valor recuperável estimado dos ativos individuais ou UGC. Se esse valor for menor que o valor contábil do ativo individual ou UGC, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do período.

(j) Ativo imobilizado

Instalações, móveis e equipamentos de uso são contabilizados ao custo histórico menos perdas por redução ao valor recuperável e a depreciação calculada linearmente pelo prazo de vida útil, o qual pode variar entre 5 e 10 anos.

O ativo imobilizado é revisado para redução ao valor recuperável sempre que houver evento ou mudança nas circunstâncias que indicam que o valor contábil não possa ser recuperável.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

3 Operações de compra com compromissos de revenda

	2017			2016
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Aplicações no mercado				
Posição bancada	3.731	-	-	244.624
Total	3.731	-	-	244.624

4 Receita de tarifas e comissões

	2017	2016
Receita de tarifas e comissões		
HSBC USA	20.607	8.202
HSBC Securities (USA) Inc.	13.199	400
HSBC França	4.456	1.593
HSBC Londres	2.142	-
HSBC México	1.388	3.099
Outros	1.146	-
Total	42.938	13.294

O Saldo de R\$ 42.938 em 2017 (R\$ 13.294 em 2016) corresponde à prestação de serviços a empresas do Grupo *HSBC* localizadas em outros países, tais como atividades de suporte de crédito, assessoria financeira e serviços de originação, estruturação, execução e administração de produtos da carteira de atacado.

5 Remuneração e benefícios a empregados

Despesa do período com remuneração e benefícios a empregados

	2017	2016
Remuneração	(44.685)	(42.950)
Pagamento baseado em ações	(6.149)	(2.669)
Encargos sociais	(20.165)	(15.784)
Benefícios pós-emprego	(1.637)	(1.189)
	(72.636)	(62.592)

Benefício pós emprego

Despesas do período

	2017	2016
Planos de contribuição definida	(1.637)	(1.189)
	(1.637)	(1.189)

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

6 Pagamentos baseados em ações

Durante o ano de 2017 foi reconhecido R\$ 5.622 (2016: R\$ 2.391) no *HSBC Brasil* em relação às transações de pagamentos baseados em ações. Adicionalmente, o valor R\$ 527 (2016: R\$ 278) refere-se à receita de variação cambial e foi reconhecido na linha “lucro líquido da negociação”. O valor total de R\$ 6.149 (2016: R\$ 2.669) foi reconhecido como despesa operacional em “remuneração e benefícios a empregados”. Essa despesa, mensurada com base no valor justo das transações de pagamentos baseados em ações, decorre de acordos celebrados com certos colaboradores do *HSBC Brasil* em conformidade com a estrutura de remuneração da empresa. Os prêmios em ações são concedidos com base nas ações do *HSBC Holdings plc*.

Cálculo do valor justo

O valor justo dos prêmios ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da *HSBC Holdings*, convertido em reais.

Prêmios em ações para situações restritas

Prêmios em ações para situações restritas são concedidos para empregados com base em desempenho, potencial e necessidade de retenção, em recrutamentos ou como parte diferida do bônus anual. Os prêmios são concedidos sem restrições quanto ao desempenho financeiro do *HSBC Brasil* e geralmente tornam-se de direito entre um e três anos contados da data da concessão do prêmio, considerando-se que os titulares estiveram empregados pelo *HSBC Brasil* no período.

	2017	2016
	Quantidades de ações	Quantidades de ações
Em 1º de Janeiro	333.815	-
Transferidas no período (*)	-	317.308
Concedidas no período	167.197	16.507
Liberadas no período	(223.409)	-
Prescritas no período	(7.290)	-
Em 31 de Dezembro	270.313	333.815

(*) Provisão para remuneração baseada em ações transferida do *HSBC Bank Brasil S.A.* para o *HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento* juntamente com a transferência dos colaboradores por ocasião da venda das operações ao *Bradesco*.

A média ponderada do valor justo dos prêmios baseados em ações da *HSBC Holdings plc* em 2017 foi de R\$ 24,93 (2016: R\$ 25,45).

Prêmios em opções de ações

Não houve despesa com prêmios em opções de ações no *HSBC Brasil* em 2017 e 2016.

7 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação. A Administração é investida de poderes para deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários.

Os juros sobre o capital próprio (“JCP”) são uma remuneração sobre o capital próprio, calculado a partir das contas do patrimônio líquido e limitado à variação pró-rata dia da *TJLP* (Taxa de Juros de Longo Prazo), e distribuído aos seus acionistas, titulares ou sócios como dividendos. O pagamento do JCP está sujeito a retenção de imposto de renda na fonte, mas pode ser deduzido da base de cálculo do IRPJ e CSLL, desde que atendidos os critérios definidos na Lei nº 9.249/95 e atualizações posteriores.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Os dividendos e juros sobre o capital próprio foram conforme segue:

	Valor (bruto) por ação ordinária	Valor (bruto) total	Imposto de renda retido na fonte	Valor líquido
Dividendos adicionais	0,05	71.984	-	71.984
Juros sobre capital próprio	0,03	38.782	(5.817)	32.965
Total acumulado em 31 de Dezembro de 2017		110.766	(5.817)	104.949
Juros sobre capital próprio	0,02	29.412	(4.412)	25.000
Total acumulado em 31 de Dezembro de 2016		29.412	(4.412)	25.000

Houve pagamento de dividendos adicionais aos valores de juros sobre capital próprio no ano de 2017 no valor de R\$ 71.984 (2016: R\$ 0).

8 Impostos sobre o lucro

	2017	2016
Impostos correntes		
IR e CSLL - despesa corrente	(33.429)	(66.291)
Impostos diferidos		
Adições e reversões de diferenças temporárias	(6.693)	12.490
Impostos sobre o lucro	(40.122)	(53.801)

A tabela a seguir reconcilia a despesa que teria sido reconhecida caso o lucro tivesse sido tributado à alíquota incidente sobre as sociedades no Brasil:

Reconciliação da despesa com impostos

	2017		2016	
		%		%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	130.633		146.033	
Despesas com impostos				
Tributação das empresas no Brasil à alíquota de 34% ¹	(899)	(0,69%)	10.266	7,03%
Tributação das empresas no Brasil à alíquota de 45% ¹	59.975	45,91%	68.320	46,78%
Juros sobre capital próprio	(17.887)	(13,69%)	(26.138)	(17,90%)
Adicional de 5% da CSLL sobre diferenças temporárias não reconhecido	(970)	(0,74%)	1.561	1,07%
Incentivos Fiscais e adicional de Imposto de Renda	(290)	(0,22%)	(155)	(0,11%)
Adições permanentes	63	0,05%	267	0,18%
Outros itens	130	0,10%	(319)	(0,22%)
Despesa com impostos sobre o lucro	40.122	30,71%	53.801	36,84%

¹ As alíquotas vigentes são de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social em conformidade com a Lei nº 13.169/15. Para a empresa HSBC Brasil Holding S.A. a alíquota de Contribuição Social é de 9%.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Movimentação dos impostos diferidos (após a compensação de saldos)

	2017	2016
Em 1º de janeiro		
Resultado:		
- gratificações e participações no resultado	331	12.610
- provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	160	4
- ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	(8.732)	(289)
- outras provisões (honorários, consultorias e serviços diversos)	1.548	165
Resultado abrangente:		
- investimentos disponíveis para venda	(5.149)	(40.266)
Em 31 de Dezembro	(11.842)	(27.776)

Composição dos impostos diferidos

	2017	2016
Ativos fiscais diferidos		
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	2.154	1.994
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	14.771	2.842
Gratificações e participações no resultado	12.941	12.610
Outras	2.117	158
Provisão para honorário advocatícios	522	542
	32.505	18.146
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(41.408)	(36.259)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(23.791)	(3.131)
Outras	(396)	0
	(65.595)	(39.390)
Passivos fiscais diferidos líquidos	(33.091)	(21.244)

9 Análise por segmentos

Políticas contábeis

Os segmentos operacionais foram determinados considerando-se as mesmas bases aplicáveis à tomada de decisão sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho. Nesse sentido, o *HSBC Brasil* está organizado pelos seguintes segmentos: *Global Banking and Markets (GB&M)* e *Corporate Center*.

A base de mensuração dos ativos, passivos, receitas e despesas de cada segmento estão de acordo com as políticas contábeis aplicáveis ao *HSBC Brasil*. Estão incluídas nas receitas e despesas dos segmentos as transferências internas, as quais são conduzidas em bases usuais de mercado e eliminadas separadamente.

Global Banking and Markets (GB&M)

O *GB&M* oferece soluções financeiras sob medida para clientes governamentais, corporativos, institucionais e investidores privados em todo o mundo. As linhas de negócios focadas no cliente fornecem uma gama completa de produtos bancários, incluindo serviços de consultoria, financiamentos, crédito, câmbio, ações, mercados monetários, serviços de títulos e as principais atividades de investimento.

Corporate Center

O *Corporate Center* é composto das atividades ou transações da tesouraria, incluindo Balance Sheet Management ("BSM").

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Lucro antes dos impostos

	2017		
	<i>Global Banking & Markets</i>	<i>Corporate Center</i>	Total
Receita líquida de juros	141.033	6.388	147.421
Receita líquida de tarifas e comissões	41.780	-	41.780
Lucro líquido de negociação	43.096	132	43.228
Outras receitas operacionais	2.150	5.452	7.602
Receita Operacional líquida	228.059	11.972	240.031
Despesas operacionais	(104.762)	(4.636)	(109.398)
Lucro operacional	123.297	7.336	130.633
Lucro antes dos impostos	123.297	7.336	130.633

	2016		
	<i>Global Banking & Markets</i>	<i>Corporate Center</i>	Total
Receita líquida de juros	203.470	-	203.470
Receita líquida de tarifas e comissões	13.110	(109)	13.001
Lucro líquido de negociação	5.882	-	5.882
Outras receitas operacionais	10.990	7.813	18.803
Receita Operacional líquida	233.452	7.704	241.156
Despesas operacionais	(95.191)	68	(95.123)
Lucro operacional	138.261	7.772	146.033
Lucro antes dos impostos	138.261		146.033

Outras informações

	<i>Global Banking & Markets</i>	<i>Corporate Center</i>	Total
Em 31 de Dezembro de 2017			
Receita Operacional Líquida	228.059	11.972	240.031
Externa	228.059	11.972	240.031
Entre segmentos	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2016			
Receita Operacional Líquida	233.452	7.704	241.156
Externa	233.452	7.704	241.156
Entre segmentos	-	-	-

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Informações de balanço

	<i>Global Banking & Markets</i>	<i>Corporate Center</i>	Total
31 de Dezembro de 2017			
Empréstimos e adiantamentos a bancos	8.264	12.409	20.673
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	50.000	50.000
Total de ativos	1.071.048	192.437	1.263.485
Depósitos de clientes	-	-	-
Total de passivos	29.926	179.149	209.075
31 de Dezembro de 2016			
Empréstimos e adiantamentos a bancos	8.743	700	9.443
Total de ativos	1.148.588	71.817	1.220.405
Depósitos de clientes	-	2.697	2.697
Total de passivos	87.953	64.076	152.029

10 Análise de ativos e passivos financeiros por base de mensuração

A tabela a seguir demonstra os valores registrados referentes aos ativos e passivos financeiros por categoria, conforme definido pelo IAS 39, e por classificação no balanço patrimonial.

	Em 31 de Dezembro de 2017			Total
	Mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	29.579	-	-	29.579
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	20.673	20.673
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	50.000	50.000
Operações de compra com compromisso de revenda	-	-	3.731	3.731
Investimentos financeiros	-	930.917	-	930.917
Outros ativos	-	-	15.638	15.638
Despesas antecipadas e outros valores a receber	-	-	197.014	197.014
Total de ativos financeiros	29.579	930.917	287.056	1.247.552
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	91.436	-	-	91.436
Outros passivos	-	-	25.833	25.833
Receita antecipada e outras obrigações	-	-	29.288	29.288
Total de passivos financeiros	91.436	-	55.121	146.557

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

	Em 31 de Dezembro de 2016			Total
	Mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	26.229	-	-	26.229
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	9.443	9.443
Operações de compra com compromisso de revenda	-	-	244.624	244.624
Investimentos financeiros	-	801.229	-	801.229
Outros ativos	-	-	12.496	12.496
Despesas antecipadas e outros valores a receber	-	-	106.658	106.658
Total de ativos financeiros	26.229	801.229	373.221	1.200.679
Passivos financeiros				
Depósitos de clientes	-	-	2.697	2.697
Instrumentos financeiros derivativos	5.782	-	-	5.782
Outros passivos	-	-	30.134	30.134
Receita antecipada	-	-	29.289	29.289
Total de passivos financeiros	5.782	-	62.120	67.902

11 Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo:

Base de avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo

	Técnicas de avaliação		
	Preço cotado em mercado ativo	Com dados observáveis	Total
	Nível 1	Nível 2	
Em 31 de Dezembro de 2017			
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	2.683	26.896	29.579
- Negociação	2.683	26.896	29.579
Instrumentos financeiros disponível para venda	918.050	12.867	930.917
- Títulos públicos	918.050	-	918.050
- Títulos privados	-	12.867	12.867
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	4.222	87.214	91.436
- Negociação	4.222	87.214	91.436

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

	Técnicas de avaliação		
	Preço cotado em mercado ativo	Com dados observáveis	Total
	nível 1	nível 2	
Em 31 de Dezembro de 2016			
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	29	26.200	26.229
- Negociação	29	26.200	26.229
Instrumentos financeiros disponível para venda	787.654	13.575	801.229
- Títulos públicos	787.654	-	787.654
- Títulos privados	-	13.575	13.575
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	5.782	-	5.782
- Negociação	5.782	-	5.782

Em 2017 e 2016 não houve transferências entre os níveis 1 e 2 de valor justo.

Estrutura de controle

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle destinada a garantir que os valores sejam determinados ou validados por um departamento independente do tomador do risco.

Para todos os instrumentos financeiros cujos valores justos são determinados por referência a preços cotados em mercados ou modelos de valorização cujas entradas significativas são todas observáveis, o valor justo é determinado ou validado por uma área independente. Em mercados com baixa liquidez, a observação direta de um preço negociado pode não ser possível. Nessas circunstâncias, o *HSBC Brasil* utiliza fontes de mercado alternativas relevantes e confiáveis. Os fatores considerados nesses casos são, entre outros:

- a extensão em que se espera que os preços sejam representações genuínas dos preços negociados ou negociáveis;
- o grau de semelhança entre os instrumentos financeiros;
- o grau de coerência entre as diferentes fontes;
- o processo efetuado pelo provedor dos preços para obter os dados;
- o tempo decorrido entre a data dos dados de mercado e a data do balanço; e
- a maneira pela qual os dados foram obtidos.

Para os valores justos determinados por meio da utilização de modelos de avaliação, a estrutura de controles pode incluir, quando aplicável, desenvolvimentos ou validações por áreas de suporte independentes de (i) lógica dos modelos de avaliação; (ii) entrada de dados; (iii) ajustes necessários nos modelos de avaliação; e, (iv) se possível, modelos de saída. Os modelos de avaliação estão sujeitos ao processo de validação independente e de ajustes antes de se tornarem operacionais e também são atualizados em relação a dados externos de mercado em uma base contínua.

Os resultados do processo de avaliação independente são reportados ao Comitê de avaliação. Esse é composto por especialistas de diversas áreas independentes (mesa de *trading* e *accrual*, gestão de risco de mercado e finanças). Os membros do comitê analisam a pertinência e a adequação dos ajustes ao *valor justo* e a efetividade dos modelos de avaliação. Se necessário, exigem alterações nos modelos ou nos procedimentos de ajustes. O Comitê de avaliação local é supervisionado pelo Comitê de avaliação regional (América Latina) e pelo Comitê de avaliação global.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Determinação do valor justo

As principais premissas e estimativas que a gerência considerar quando se aplicam um modelo com técnicas de avaliação são:

- a probabilidade e tempo esperado de fluxos de caixa futuros do instrumento; julgamento pode ser necessário para avaliar a capacidade de a contraparte cumprir os termos contratuais. Fluxos de caixa futuros podem ser sensíveis a mudanças nas taxas de mercado;
- estabelecer uma taxa de desconto apropriada para o instrumento: julgamento é necessário para avaliar o que um participante do mercado consideraria como o spread adequado da taxa de um instrumento sobre a taxa livre de risco adequada;
- julgamento para determinar qual é o modelo a ser usado para calcular o valor justo em áreas onde a escolha do modelo de avaliação é particularmente subjetiva, por exemplo, ao avaliar produtos derivados complexos.

Quando aplicável o modelo com dados não observáveis, as estimativas são feitas para refletir incertezas nos valores justos, resultante da falta de entradas de dados de mercado, por exemplo, como resultado da falta de liquidez no mercado. Para esses instrumentos, a mensuração do valor justo é menos confiável.

Entradas para avaliações baseadas em dados não observáveis são inerentemente incertas porque há pouco ou nenhum dado atual de mercado disponível que determina o nível em que uma parte da transação que pudesse ocorrer em condições normais de negócios. No entanto, na maioria dos casos, há alguns dados de mercado disponíveis para basear a determinação do valor justo, por exemplo, dados históricos, e o valor justo para a maioria dos instrumentos financeiros é baseado em alguns dados observáveis de mercado, mesmo quando os dados não observáveis são significativos.

O valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo que utilizam técnicas de avaliação foi de R\$ 39.763 (2016: R\$ 39.775) e R\$ 87.214 (2016: R\$ 0), respectivamente ou 4,1% (2016: 4,8%) do total de ativos financeiros e 95,4% (2016: 0,0%) do total dos passivos financeiros mensurados ao valor justo.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- nível 1 – preço de mercado ativo: instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos idênticos em mercados com alta liquidez que o *HSBC Brasil* pode acessar na data da mensuração.
- nível 2 – técnica de avaliação com dados observáveis: instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos similares em mercados com alta liquidez ou preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados com baixa liquidez e instrumentos financeiros avaliados com a utilização de modelos em que todos os dados significativos são observáveis.
- nível 3 – técnica de avaliação com dados significativos não observáveis: instrumentos financeiros avaliados utilizando-se técnicas de avaliação nas quais um ou mais dados significativos não são observáveis.

A melhor evidência de valor justo é a cotação em mercado com alta liquidez. O valor justo dos instrumentos financeiros cotados em mercados com alta liquidez é baseado nos preços de venda para ativos e preços de compra para passivos. Quando um instrumento financeiro tem um preço cotado em um mercado com alta liquidez e faz parte de um portfólio, o valor justo do portfólio é calculado pelo produto do número de unidades e cotação, descontos em bloco não são aplicados. No caso de o mercado possuir baixa liquidez para um instrumento financeiro, uma técnica de avaliação deve ser utilizada. Todos os ajustes de valor justo são incluídos na determinação do nível de avaliação.

A decisão sobre se um mercado é líquido pode incluir, mas não está limitada a, uma consideração de fatores como frequência de negociação, disponibilidade de preços, volume das compras e vendas. No mercado sem liquidez, a garantia de que o preço da transação fornece evidências de valor justo ou determina os ajustes

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

para o preço da transação (evidências essas necessárias para mensurar o valor justo dos instrumentos) requer um trabalho adicional durante o processo de avaliação.

O *HSBC Brasil* não possui instrumentos classificados como nível 3 em 2017 e 2016.

Ajustes no valor justo

Ajustes ao valor justo são realizados quando o *HSBC Brasil* considera que existem fatores adicionais que seriam considerados por um participante de mercado e que não são incorporados no modelo de avaliação. A magnitude dos ajustes ao valor justo depende de vários fatores específicos e, portanto esses ajustes podem não ser comparáveis com os demais bancos.

Movimentações no nível de ajustes no valor justo não necessariamente resultam no reconhecimento de ganhos ou perdas no resultado. Por exemplo, quando os modelos são aperfeiçoados, os ajustes ao valor justo podem não ser mais necessários. Da mesma forma, ajustes ao valor justo reduzirão assim que as posições forem vencendo, mas isso pode não resultar em ganhos ou perdas.

Ajustes do valor justo de *Global Banking and Markets*

	2017	2016
Tipo de ajuste		
Relacionado ao risco	2.125	(4.013)
<i>Credit valuation adjustment ('CVA')</i>	(1.015)	(3.253)
<i>Debit valuation adjustment ('DVA')</i>	990	-
<i>Funding fair value adjustment ('FFVA')</i>	2.150	(760)
Lucro na contratação (ganho ou perda no primeiro dia)		
	2.125	(4.013)

> *Credit and debit valuation adjustments*

O *CVA* é um ajuste na valorização dos contratos derivativos de balcão para refletir a possibilidade de que a contraparte não cumpra com suas obrigações e o *HSBC Brasil* possa não receber o valor total de mercado das transações.

O *DVA* é um ajuste na valorização dos contratos derivativos de balcão para refletir a possibilidade de que o *HSBC Brasil* não cumpra com suas obrigações e que não possa pagar o valor total de mercado das transações.

> Funding fair value adjustment

O *FFVA* é calculado através da aplicação de *spreads* de captações de mercado futuras às exposições futuras esperadas de captação de qualquer componente da carteira de derivativos de balcão.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

12 Valor justo dos instrumentos financeiros não contabilizados ao valor justo

	Em 31 de Dezembro de 2017			Em 31 de Dezembro de 2016		
	Valor Contábil	Valor Justo		Valor Contábil	Valor Justo	
		Com dados observáveis nível 2	Total		Com dados observáveis nível 2	Total
Ativos						
Empréstimos e adiantamentos a bancos	20.673	20.673	20.673	9.443	9.443	9.443
Saldos com bancos	12.409	12.409	12.409	6.456	6.456	6.456
Valores a receber de entidades do Grupo HSBC	8.264	8.264	8.264	2.987	2.987	2.987
Outros ativos financeiros	15.638	15.638	15.638	12.496	12.496	12.496
Operações de compra com compromisso de revenda	3.731	3.731	3.731	244.624	244.624	244.624
Empréstimos e adiantamentos a clientes	50.000	50.046	50.046	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	50.000	50.046	50.046	-	-	-
Passivos						
Depósitos de clientes	-	-	-	2.697	2.697	2.697
Depósitos a prazo	-	-	-	2.697	2.697	2.697

Avaliação

O cálculo do valor justo incorpora a estimativa do *HSBC Brasil* do montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes independentes, com conhecimento do negócio e interessadas em uma transação em que não há favorecidos. Não reflete os benefícios econômicos e os custos que o *HSBC Brasil* espera fluir dos fluxos de caixa dos instrumentos ao longo de suas vidas futuras esperadas. Outros bancos podem utilizar diferentes metodologias de avaliação e premissas para determinar o valor justo pelo qual não existem dados observáveis de mercado não disponíveis, portanto comparações entre os valores justos de bancos podem não ser relevantes e usuários são encorajados a exercer cuidado ao utilizar esses dados.

Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes

O valor justo dos empréstimos e adiantamentos é baseado em técnicas de avaliação com dados observáveis, quando disponíveis. Na ausência desses dados, o valor justo é estimado utilizando-se modelos de fluxo de caixa descontado. As operações em curso normal são agrupadas, quando possível, em grupos homogêneos e segregadas por segmento de clientes, nível de risco e taxas de juros. De modo geral, o fluxo de caixa é descontado utilizando-se a taxa de juros estimada que os demais participantes de mercado utilizariam para valorizar instrumentos com características similares de vencimento, precificação e risco de crédito.

Depósitos de clientes

Com a finalidade de estimar o valor justo, depósitos de clientes são agrupados por prazos contratuais remanescentes. O valor justo é estimado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, aplicando-se taxas correntes oferecidas em depósitos com prazos de vencimento similares.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

13 Instrumentos financeiros derivativos

Valor justo dos derivativos por tipo de contrato

	Ativos	Passivos
	Negociação	Negociação
Em 31 de Dezembro de 2017		
Taxa de câmbio	2.332	2.310
Taxa de juros	27.247	89.126
Total saldo bruto	29.579	91.436
Em 31 de Dezembro de 2016		
Taxa de câmbio	26.200	5.782
Taxa de juros	29	-
Total saldo bruto	26.229	5.782

Utilização de derivativos

Os contratos de derivativos do *HSBC Brasil* têm três finalidades principais: a criação de soluções de gestão de riscos para clientes, gerenciar os riscos oriundos de operações com clientes, e gerenciamento e hedge de riscos próprios. Derivativos (exceto os designados como instrumentos de hedge, conforme definido no IAS 39) são mantidos para negociação. Os derivativos mantidos para negociação incluem dois tipos: os que são utilizados em atividades de venda e os utilizados com o propósito de gestão de risco e que, por questões variadas, não satisfazem aos critérios de *hedge accounting*.

As operações com derivativos do *HSBC Brasil* dão origem a posições significativas em aberto, as quais são gerenciadas constantemente para garantir que permaneçam em níveis aceitáveis de risco. Quando celebra transações com derivativos, o *HSBC Brasil* emprega os mesmos procedimentos de risco de crédito aplicáveis a avaliação e aprovação a potenciais exposições a riscos de crédito de um empréstimo tradicional.

Derivativos mantidos para negociação

A maior parte das transações com derivativos do *HSBC Brasil* está relacionada a atividades de venda. Atividades de venda incluem estruturação e marketing para os clientes habilitados em operar em tais produtos. A negociação inclui atividades de *market-making*, posicionamento e arbitragem. Atividades de *market-making* implicam cotar preços de oferta e demanda para outros participantes do mercado com o propósito de geração de receitas baseadas no spread e volume.

Conforme mencionado, derivativos classificados como mantidos para negociação incluem derivativos não qualificados para *hedge accounting*. Esses instrumentos incluem derivativos gerenciados em conjunto com instrumentos financeiros designados ao valor justo.

Valor de referência dos derivativos mantidos para negociação por tipo de contrato

Os valores de referência dos contratos em aberto na data do balanço eram conforme tabela a seguir. Tais valores não representam os valores em risco.

	2017	2016
Taxa de câmbio	2.502.929	1.072.613
Taxa de juros	6.308.752	16.647
Total saldo bruto	8.811.681	1.089.260

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

14 Investimentos financeiros

	2017	2016
Que não podem ser oferecidos em garantia ou revendidos pelas contrapartes	930.917	801.229
Que podem ser oferecidos em garantia ou revendidos pelas contrapartes	-	-
	930.917	801.229
Títulos públicos		
Letras financeiras do tesouro	2.215	2.212
Letras do tesouro nacional	560.854	453.460
Notas do tesouro nacional - F	354.981	331.982
Títulos privados		
Certificado de depósito bancário	12.867	13.575
Total de investimentos financeiros	930.917	801.229

15 Ativos intangíveis

A movimentação dos ativos intangíveis ocorreu da seguinte forma:

	Softwares adquiridos de terceiros
Custo	
Em 1 de janeiro de 2017	411
Adições	-
Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2017	411
Amortização acumulada	
Em 1 de janeiro de 2017	(83)
Amortização do ano ¹	(82)
Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2017	(165)
Valor contábil líquido em 31 de Dezembro de 2017	246
Custo	
Em 1 de janeiro de 2016	-
Adições	411
Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2016	411
Amortização acumulada	
Em 1 de janeiro de 2016	-
Amortização do ano ¹	(83)
Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2016	(83)
Valor contábil líquido em 31 de Dezembro de 2016	328

¹ A amortização é reconhecida no resultado em "Amortização de ativos intangíveis".

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

16 Ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado ocorreu da seguinte forma:

	Instalações, móveis e equipamento de uso
Custo	
Em 1 de janeiro de 2017	12.691
Adições	883
Alienações	-
Outros	-
Em 31 de Dezembro de 2017	13.574
Amortização acumulada	
Em 1 de janeiro de 2017	(1.469)
Depreciação do ano	(1.841)
Alienações	-
Outros	-
Em 31 de Dezembro de 2017	(3.310)
Valor contábil líquido em 31 de Dezembro de 2017	10.264
Custo	
Em 1 de janeiro de 2016	38
Adições	12.653
Alienações	-
Outros	-
Em 31 de Dezembro de 2016	12.691
Depreciação acumulada e redução ao valor recuperável	
Em 1 de janeiro de 2016	-
Depreciação do ano	(1.469)
Alienações	-
Outros	-
Em 31 de Dezembro de 2016	(1.469)
Valor contábil líquido em 31 de Dezembro de 2016	11.222

17 Investimentos em subsidiárias

O *HSBC Holding Brasil S.A.*, empresa controladora do consolidado *HSBC Brasil*, classifica o investimento sobre o qual detém o controle como subsidiária. O consolidado do *HSBC Brasil* inclui uma única subsidiária, sendo esta o *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento*.

A participação do *HSBC Holding Brasil S.A.* no capital do *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento* é de 100%.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

18 Despesas antecipadas e outros valores a receber

	2017	2016
Juros apropriados a receber	196.873	106.658
Despesas antecipadas	141	-
	197.014	106.658

19 Outros ativos

	2017	2016
Depósitos judiciais	10.213	9.851
Outros ativos	5.425	2.645
	15.638	12.496

20 Outros passivos

	2017	2016
Impostos e contribuições a recolher	12.003	20.133
Pagamentos baseado em ações	8.506	8.299
Outros	5.324	1.702
	25.833	30.134

21 Outras obrigações

	2017	2016
Obrigações trabalhistas	29.288	29.289
	29.288	29.289

22 Provisões

Composição das provisões

As provisões para contingências fiscais são constituídas a partir da avaliação individual dos riscos, apurados por consultores jurídicos internos e externos, sendo representadas principalmente por processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

As provisões para contingências estão representadas por:

	2017	2016
Fiscais	6.691	6.728
Total	6.691	6.728

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

	Procedimentos legais	Outras provisões	Total
Em 1º de Janeiro de 2017	5.046	1.682	6.728
Provisões adicionais/aumento de provisão	404	78	482
Valores revertidos	(53)	(466)	(519)
Em 31 de Dezembro de 2017	5.397	1.294	6.691
Em 1º de Janeiro de 2016	4.965	1.295	6.260
Provisões adicionais/aumento de provisão	81	390	471
Valores revertidos		(3)	(3)
Em 31 de Dezembro de 2016	5.046	1.682	6.728

Passivos contingentes

São considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

O *HSBC Brasil* mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que somos autores ou réus. Cada processo é suportado pela avaliação de sua assessoria jurídica, que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso em risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, o principal caso classificado como risco possível é o processo relativo a Compensação dos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 31.083 (R\$39.642 em 2016).

Além das ações descritas, o *HSBC Brasil* é parte de outras ações judiciais que decorrem do curso normal das suas operações. A Administração considera que nenhuma dessas ações é material ou deverá resultar em efeitos adversos significativos à sua posição financeira, seja individualmente ou no consolidado. A divulgação dos efeitos financeiros, época dos desembolsos e demais informações sobre essas ações não é conhecida neste momento. A Administração considera que as provisões registradas em relação aos litígios decorrentes de suas atividades funcionais estão adequadas.

Obrigações legais

Quando *HSBC Brasil* contesta a interpretação de uma lei, as provisões são levantadas para avaliação do risco de uma provável perda. No entanto, quando questionada a constitucionalidade ou a validade das disposições da lei as provisões são reconhecidas, a menos que seja praticamente certo que a lei sofrerá alteração ou será julgada como sendo nula.

23 Análise de vencimento de ativos e passivos

A tabela a seguir fornece uma análise dos ativos consolidados totais e por vencimento residual contratual na data do balanço. Saldos de ativos e passivos são incluídos na análise de vencimento da seguinte forma:

- exceto para operações de compra com compromisso de revenda, empréstimos e adiantamentos a bancos e outros valores a receber, os ativos e passivos (incluindo derivativos) para negociação são incluídos na "Até um mês", e não por maturidade contratual porque os saldos comerciais são normalmente realizados em curtos períodos de tempo;
- ativos e passivos financeiros sem vencimento contratual estão incluídos em "Acima de cinco anos"; e

**Notas explicativas à demonstração financeira consolidada
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

- ativos e passivos não financeiros sem vencimento contratual estão incluídos em "Acima de cinco anos".

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Em 31 de Dezembro de 2017									
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 9 meses	De 9 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos financeiros									
Instrumentos financeiros derivativos	29.579	-	-	-	-	-	-	-	29.579
Empréstimos e adiantamentos a bancos	20.673	-	-	-	-	-	-	-	20.673
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	50.000	-	-	-	-	-	-	50.000
Operações de compra com compromisso de revenda	3.731	-	-	-	-	-	-	-	3.731
Investimentos financeiros	146.899	-	-	-	-	306.111	477.907	-	930.917
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	692	-	-	9.985	10.677
Despesas antecipadas e outros valores a receber	70.153	-	-	-	-	96.805	18.583	11.332	196.873
Total de ativos financeiros	271.035	50.000	-	-	692	402.916	496.490	21.317	1.242.450
Ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	21.035	21.035
Total do ativo	271.035	50.000	-	-	692	402.916	496.490	42.352	1.263.485
Passivos financeiros									
Instrumentos financeiros derivativos	91.436	-	-	-	-	-	-	-	91.436
Outros passivos financeiros	111	-	-	-	-	-	-	-	111
Receita antecipada e outras obrigações	21	19.242	2.701	678	-	5.143	1.503	-	29.288
Total de passivos financeiros	91.568	19.242	2.701	678	-	5.143	1.503	-	120.835
Passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	88.240	88.240
Total do passivo	91.568	19.242	2.701	678	-	5.143	1.503	88.240	209.075

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

	Em 31 de Dezembro de 2016								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 9 meses	De 9 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos financeiros									
Instrumentos financeiros derivativos	26.229	-	-	-	-	-	-	-	26.229
Empréstimos e adiantamentos a bancos	9.443	-	-	-	-	-	-	-	9.443
Operações de compra com compromisso de revenda	244.624	-	-	-	-	-	-	-	244.624
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	154.308	646.921	-	801.229
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	10.265	10.265
Outros valores a receber	22.011	-	-	-	-	25.199	48.304	10.674	106.188
Total de ativos financeiros	302.307	-	-	-	-	179.507	695.225	20.939	1.197.978
Ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	22.427	22.427
Total do ativo	302.307	-	-	-	-	179.507	695.225	43.366	1.220.405

	Em 31 de Dezembro de 2016								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 9 meses	De 9 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos financeiros									
Depósito de clientes	-	-	-	-	2.697	-	-	-	2.697
- Instituições financeiras	-	-	-	-	2.697	-	-	-	2.697
Instrumentos financeiros derivativos	5.782	-	-	-	-	-	-	-	5.782
Outros passivos financeiros	467	28	-	-	-	-	-	-	495
Receita antecipada e outras obrigações	173	18.628	-	3.641	-	5.090	1.757	-	29.289
Total de passivos financeiros	6.422	18.656	-	3.641	2.697	5.090	1.757	-	38.263
Passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	113.766	113.766
Total do passivo	6.422	18.656	-	3.641	2.697	5.090	1.757	113.766	152.029

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

24 Ativos oferecidos em garantia e garantias recebidas

Ativos oferecidos em garantia

	2017	2016
Títulos públicos	219.807	125.257
Depósitos judiciais	21.545	20.653
	241.352	145.910

As transações acima são realizadas em conformidade com os termos usuais de operações com garantias, incluindo contratos de empréstimos de títulos e operações compromissadas.

Garantias recebidas

O valor justo dos ativos recebidos em garantia que o *HSBC Brasil* está autorizado a vender ou repenhorar mesmo na ausência de inadimplência dos seus clientes era de R\$ 3.731 (2016: R\$ 244.959). Essas transações são realizadas em conformidade com os termos usuais de contratos de compra com compromisso de revenda.

25 Patrimônio Líquido

Ações são classificadas no patrimônio líquido quando não há obrigação contratual de transferir caixa ou outros ativos financeiros. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão dos instrumentos patrimoniais são apresentados no patrimônio como uma redução dos rendimentos, líquido dos impostos.

O capital social do *HSBC Holding Brasil S.A.*, controladora do consolidado *HSBC Brasil*, está representado por 1.467.866.900 ações ordinárias e nominativas (1.467.866.900 ações em 2016), sem valor nominal.

	Quantidade	R\$
2017		
Em 1º de janeiro	1.467.866.900	946.510
Aumento de capital	-	-
Redução de capital	-	-
Em 31 de Dezembro	1.467.866.900	946.510
2016		
Em 1º de janeiro	800.000.500	800.001
Aumento de capital	667.866.400	667.866
Redução de capital	-	(521.357)
Em 31 de Dezembro	1.467.866.900	946.510

Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social do *HSBC Brasil*, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação. A Diretoria é investida de poderes para deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, foram calculados juros sobre o capital próprio, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 38.782 (R\$29.412 em 2016). O impacto relativo ao imposto de renda retido na fonte é apresentado na Nota 07.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Reservas

A reserva de lucros do consolidado *HSBC Brasil*, inclui a reserva legal no montante de R\$ 5.579 (2016: R\$ 967) e a reserva estatutária no montante de R\$ 51.719 (2016: R\$ 76.586). Segue a descrição da natureza e objetivos dessas reservas:

Reserva legal: constituída por 5% do lucro do período, não podendo exceder a 20% do capital social. Destina-se a compensação de prejuízos e aumento de capital.

Reserva estatutária: visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações.

26 Informações adicionais à demonstração de fluxo de caixa

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa		
Operações de compra com compromissos de revenda	3.731	244.624
Empréstimos e adiantamentos a bancos	12.409	6.456
Empréstimos e adiantamentos a clientes	50.000	-
Investimentos financeiros	146.899	-
Outros valores a receber	53.069	-
	266.108	251.080
Juros e dividendos		
Juros pagos	(1.100)	(1)
Juros recebidos	43.512	122.879
Dividendos recebidos	-	-

27 Transações com partes relacionadas

O *HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento* é uma parte relacionada do *HSBC Holding Brasil S.A.*, controlado diretamente pelo *HSBC Latin America Holdings (UK) Limited*, sendo controlado em última instância pelo *HSBC Holdings plc*, ambos com sede no Reino Unido.

As partes relacionadas do *HSBC Brasil* incluem basicamente outras empresas do Grupo *HSBC* e pessoas-chave da Administração.

Pessoas chave da Administração são definidas como aquelas que têm autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

As transações com partes relacionadas foram substancialmente efetuadas nas mesmas condições, incluindo taxas de juros e prêmios de risco, que prevalecem em transações realizadas com terceiros.

Em 2016, o *HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento* e partes relacionadas celebraram um contrato de compartilhamento de despesas com o *HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo* com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma estrutura administrativa comum e compartilhada. Esse contrato foi terminado em 1º de Julho com a concretização da venda final do *HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo* e controladas ao ao Banco Bradesco.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Transações com demais empresas do HSBC

As principais transações e saldos durante o ano com as demais empresas do HSBC estão demonstrados a seguir:

	2017		2016	
	Maiores saldos durante o ano	Saldo em 31 de Dezembro	Maiores saldos durante o ano	Saldo em 31 de Dezembro
Ativos				
Empréstimos e adiantamentos a bancos	13.933	11.397	82.196	5.756
Outros ativos	17.217	8.264	788.450	2.987
Total	31.150	19.661	870.646	8.743
Passivos				
Outros passivos	560	-	9.005	-
Total	560	-	9.005	-
Receitas				
Receita líquida de juros		-		37.710
Outras receitas operacionais		7.510		31.220
Total		7.510		68.930
Despesas				
Despesas gerais administrativas		-		406
Total		-		406

Remuneração de pessoas chaves da Administração

	2017	2016
Benefícios de curto prazo ¹	7.460	5.834
Benefícios pós-emprego	170	117
Pagamento baseado em ações	2.349	2.212
	9.979	8.163

¹Os benefícios de curto prazo são compostos pelas remunerações fixa e variável do exercício, provisionadas no ano base e pagas no ano corrente.

Outras informações

Conforme normas vigentes, o HSBC Brasil não concede empréstimos ou adiantamentos a:

- diretores e membros dos conselhos consultivo ou administrativo, fiscal e semelhante, bem como a seus respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;
- pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital em mais de 10%; e
- pessoas jurídicas que participem em mais de 10% do capital, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

28 Transição para o IFRS

O *HSBC Brasil*, na atual configuração, elaborou sua primeira demonstração financeira consolidada de acordo com o *IFRS* para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, considerando como data de adoção inicial 1º de Janeiro de 2016.

As práticas contábeis adotadas no Brasil (“*BR GAAP*”), de acordo com os normativos do Bacen foram consideradas como *GAAP* anterior, conforme definido pelo *IFRS*.

A divulgação anual mais atual elaborada de acordo com o *BR GAAP* são as demonstrações financeiras individuais de 31 de Dezembro de 2017. Embora o consolidado *HSBC Brasil* não seja elaborado para fins do *BR GAAP*, um consolidado pro-forma foi preparado para divulgação dos efeitos de transição para o *IFRS*.

O *BR GAAP* pode diferir significativamente do *IFRS* em certos aspectos. Na preparação das reconciliações a seguir, a Administração empregou seu melhor conhecimento das normas e interpretações, fatos e circunstâncias e das políticas contábeis aplicáveis à primeira demonstração financeira consolidada da atual estrutura do *HSBC Brasil* em *IFRS*.

28.1 Reconciliações das diferenças entre o *BR GAAP* e o *IFRS*

Patrimônio líquido

	Em 1º de Janeiro de 2016	Em 31 de Dezembro de 2017
Patrimônio líquido do consolidado em <i>BR GAAP</i>	809.831	1.053.829
Operações em moeda estrangeira e outros ajustes em instrumentos financeiros	<i>a</i> -	(22)
<i>Debit valuation adjustment</i>	<i>b</i> -	990
<i>Efeito fiscal sobre os ajustes IFRS</i>	<i>c</i> -	(387)
Patrimônio líquido do consolidado em <i>IFRS</i>	809.831	1.054.410

Resultado abrangente

	Em 31 de Dezembro de 2017
Lucro líquido do consolidado em <i>BR GAAP</i>	89.917
Operações em moeda estrangeira e outros ajustes em instrumentos financeiros	<i>a</i> (1)
<i>Debit valuation adjustment</i>	<i>b</i> 990
<i>Efeito fiscal sobre os ajustes IFRS</i>	<i>c</i> (395)
Lucro líquido em <i>IFRS</i>	90.511
Investimentos financeiros disponíveis para venda	6.289
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	6.289
Resultado abrangente em <i>IFRS</i>	96.800

**Notas explicativas à demonstração financeira consolidada
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

28.2 Sumário das principais diferenças entre o BR GAAP e o IFRS

(a) Operações em moedas estrangeiras

Em *BR GAAP*, as operações em moeda estrangeira são convertidas na data do balanço pelas taxas de câmbio divulgadas pelo Bacen (ptax 800). No *IFRS*, a conversão das transações denominadas em moeda estrangeira é realizada pela taxa à vista da moeda ao término de cada período de reporte (*spot*).

(b) Debit valuation adjustment

No *IFRS*, o valor justo de um passivo deve refletir o efeito do seu risco de descumprimento (*non-performance*), que nesse caso é medido através do risco de crédito do próprio *HSBC Brasil*. No *BR GAAP*, esse ajuste não é requerido.

(c) Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Glossário

Abreviaturas usadas	Descrição
ALCO	Comitê de Gestão de Ativos e Passivos
AMA	Advanced Measurement Approach para Risco Operacional
BACEN	Banco Central do Brasil
B3	Combinação entre a BM&F Bovespa e a Cetip
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos e Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CMN	Conselho Monetário Nacional
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CSL/CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
DPA	<i>Deferred Prosecution Agreement</i>
EAD	<i>Exposure At Default</i>
ECL	<i>Expected credit losses</i>
ERMF	<i>Enterprise Risk Management Framework</i>
EXCO	<i>Executive Committee</i>
FCRMC	<i>Financial Crime Risk Management Committee</i>
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
GB&M	<i>Global Banking and Markets</i>
HBUS	<i>HSBC Bank USA</i>
HLAH	<i>HSBC Latin America Holdings (UK) Limited</i>
HSBC	HSBC Holdings plc e suas subsidiárias
HSBC Holding	HSBC Holding Brasil
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IFRIC	<i>International Financial Reporting Interpretation Committee</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IR	Imposto de Renda
IRB-A	<i>Internal Rating Based Approach – Advanced</i>
IRB-F	<i>Internal Rating Based Approach – Foundation</i>
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
LOD	<i>Line of defense</i>
PD	<i>Probability of Default</i>
PIS	Programa de Integração Social
PR	Patrimônio de Referência
RMM	<i>Risk Management Meeting</i>
VAR	<i>Value at risk</i>
VJORA	Valor justo através de outros resultados abrangentes
Terminologias usadas	Definição
Basileia II	Conjunto de recomendações de adequação de capital emitido pelo Comitê de Basileia em 2004.
Basileia III	Conjunto de recomendações de adequação de capital emitido pelo Comitê de Basileia em 2010 em resposta à crise global de 2007-2008.
Compliance	Conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da instituição, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer.
Hedge accounting	Metodologia especial dada aos derivativos quando comprovadamente utilizados para fins de proteção, de modo que as demonstrações financeiras reflitam de maneira adequada o regime de competência. Seu objetivo principal é refletir a operação dentro de sua essência

Glossário

Perdas por redução ao valor recuperável	<p>econômica, de modo a resolver o problema de confrontação entre receitas/ganhos e despesas/perdas.</p> <p>Perda do valor recuperável de um ativo financeiro, a qual ocorre quando o valor contábil reconhecido é maior do que o valor estimado de recuperação.</p>
Spot	Taxa de câmbio para entrega imediata.
Resultado abrangente	Mutação no patrimônio líquido durante um período, como resultado de transações e outros eventos, exceto as mutações resultantes de transações com proprietários na sua capacidade de proprietários.
Risk Management Meeting	Comitê de Gestão de Riscos.
Taxa efetiva de juros	Taxa de juros que exatamente desconta o fluxo de caixa futuro previsto, até a data do vencimento, ao valor líquido contábil atual do instrumento financeiro.
Valor justo	Montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes independentes, com conhecimento do negócio e interessadas, em uma transação em que não há favorecidos.